

CRC-TO

Relato Integrado 2018



Relato Integrado 2018

Lista de Siglas e Abreviações

ADC – Ação Declaratória de Constitucionalidade

ADI – Ação Direta de Inconstitucionalidade

ADIN – Ação Direta de Inconstitucionalidade

ADPF – Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental

AET – Análise Ergonômica do Trabalho

Art. Artigo

Atoccon – Academia Tocantinense de Ciências Contábeis

BF – Balanço Financeiro

BO – Balanço Orçamentário

BP – Balanço Patrimonial

BSC – Balanced Scorecard

CFC – Conselho Federal de Contabilidade

CLT – Consolidação das Leis do Trabalho

CNAI – Cadastro Nacional de Auditores Independentes

CNIB – Central Nacional de Indisponibilidade de Bens

CRCTO – Conselho Regional de Contabilidade do Tocantins

CTI – Comitê de Tecnologia da Informação

DL – Decreto Lei

DVP – Demonstração das Variações Patrimoniais

ENCON – Encontro de Contabilidade do Tocantins

e-Sic – Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão

Fecomércio – Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Tocantins

ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços

IN – Instrução Normativa

IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano

LTCAT – Laudo Técnico das Condições Ambientais do Trabalho

MCASP – Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público

MP – Medida Provisória

NBCASP – Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público

OAB/TO – Ordem dos Advogados do Brasil / Seccional Tocantins

PCCS – Plano de Cargos, Carreiras e Salários

PCMSO – Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional

PDTI – Plano Diretor de Tecnologia da Informação

PIB – Produto Interno Bruto

PPRA – Programa de Prevenção de Riscos Ambientais

PVCC – Programa de Voluntariado da Classe Contábil

RANEJUD – Restrições Judiciais Sobre Veículos Automotores

Sesc – Serviço Social do Comércio

SECOFEM – Semana Contábil e Fiscal para Estados e Municípios

SGI – Sistema de Gestão de Documentos

SPER – Sistema de Processo Eletrônico de Registro

SPT – Sistema de Plano de Trabalho

SPW – Spiderware

STF – Supremo Tribunal Federal

TCU – Tribunal de Contas da União

TI – Tecnologia da Informação

UNISINOS – Universidade do Vale do Rio dos Sinos

WEB – World Wide Web

Sobre este relato

Bem-vindos.

Em 2018, a atuação do Sistema CFC/CRCs foi conduzida de forma integrada, com ações planejadas e desencadeadas conjuntamente, respeitando a autonomia de cada entidade.

Nossa orientação administrativa foi pautada nas práticas mais relevantes da gestão participativa, tendo como principal objetivo resultados efetivos, todos baseados em nosso Planejamento Estratégico - aprovado em agosto deste ano no Plenário da sede do CFC e que deve nos guiar pelos próximos 10 anos.

Nosso objetivo com essa publicação é evidenciar como nossas atividades, inovações e investimentos contribuem para o crescimento da classe contábil ao que nos compete, no Tocantins, atuando no Registro e na Fiscalização do exercício profissional.

Nosso Relatório Anual é a plataforma que utilizamos para comunicar a todos os públicos de relacionamento como chegamos a esses resultados.

Os dados e informações apresentados abrangem o período entre 1º de janeiro e 31 de dezembro de 2018. Agradecemos a todos os colaboradores e parceiros que estiveram envolvidos, direta e indiretamente, na construção dessa narrativa.

Sumário

Mensagem do Presidente.....	5	Alocação de Recursos e Áreas Especiais da Gestão.....	31
Quem somos.....	6	• Declaração do VP Administrativo • Gestão Orçamentária e Financeira • Gestão de Pessoas • Gestão de Licitações e Contratos • Gestão patrimonial e infraestrutura • Gestão da tecnologia da informação	
Visão Geral Organizacional e Ambiente Externo.....	7	Demonstrações Contábeis.....	43
• CRCTO • Organograma • Ambiente Externo • Cadeia de Valor		• Declaração da Contadora • Balanço Patrimonial - BP • Balanço Orçamentário - BO • Balanço Financeiro - BF • Notas Explicativas	
Planejamento Estratégico e Governança.....	11	Outras Informações Relevantes.....	64
• Planejamento Estratégico • Estrutura de Governança • Informações sobre Dirigentes e Colegiados • Canais de comunicação com a sociedade e partes interessadas • Acessibilidade, Serviços e Instalações		Anexos.....	55
Gestão de Riscos e Controles Internos.....	16	• Declaração de Integridade do Relato Integrado 2018 • Expediente	
Resultados da Gestão.....	18		

Mensagem do presidente

Com a chegada de 2019, completou-se um ano da nossa gestão à frente do Conselho Regional de Contabilidade do Tocantins – CRCTO. Gerir com qualidade uma instituição com tamanha importância, só é possível com a participação ativa de todos os envolvidos, por isso, valorizamos a contribuição de conselheiros, colaboradores e profissionais, as quais, sem dúvidas, nos levam à realização de relevantes trabalhos para nossa classe.

O ano de 2018 foi de grandes conquistas para a Educação Profissional Continuada de nosso Estado. Concluímos a tão sonhada obra do auditório próprio do CRCTO, local que será palco das mais diversas capacitações para os nossos profissionais, que uma vez qualificados, poderão contribuir com a nossa comunidade de forma ética, responsável e segura.

Acreditamos no poder transformador da educação, e através dos baixos índices de aprovação que o Tocantins obteve nas duas edições do Exame de Suficiência em 2018, podemos entender o quanto ainda precisamos evoluir. Incansavelmente buscamos recursos e meios de contribuir com a educação das Ciências Contábeis em nosso Estado. Prova disso, foi a realização do 1º Mestrado em Ciências Contábeis do Tocantins, que oportunizou através de um benefício financeiro de 30% no valor das mensalidades, a formação de 16 (dezesesseis) mestres, todos profissionais da contabilidade e professores em nossa jurisdição. Neste ano, mais uma vitória foi alcançada e com o apoio do Conselho Federal de Contabilidade, poderemos realizar o 1º Doutorado em Ciências Contábeis do Tocantins, com os mesmos benefícios financeiros.

Neste ano, 95% dos eventos realizados pelo CRCTO foram ofertados de forma gratuita aos nossos profissionais. Tivemos mais de 2.000 participantes nas cidades em que levamos cursos e palestras. Para se inscrever nestes eventos foi necessária a doação de 2kg de alimentos não perecíveis, que resultaram, ao final do exercício, quase 5 toneladas de alimentos arrecadados, que posteriormente foram doados à instituições beneficentes através do Programa de Voluntariado da Classe Contábil – PVCC em parceria com o Programa Mesa Brasil do SESC.

Todas estas conquistas também pertencem às diversas instituições parceiras, que abraçaram os projetos e ações propostas pelo CRCTO. Na capital ou no interior do estado sempre podemos contar com os nossos delegados regionais, instituições de ensino superior, prefeituras, câmaras municipais, governo do estado, sistema “S” e outros conselhos de profissão.

A fiscalização foi outra área que recebeu nossa atenção, principalmente no que tange sobre a proteção da sociedade e valorização dos profissionais em deferimento dos que trabalham sem registro ou como leigos. Foram 341 diligências realizadas em todo o Estado, através da Fiscalização Eletrônica que permite redução de custos e agilidade nos procedimentos. Com o convênio firmado entre CFC e a Receita Federal do Brasil, conseguimos localizar as organizações que possuem em seu CNAI atividades de contabilidade e, assim, garantir a regularidade destas empresas.

As ações de fiscalização estão intrinsecamente ligadas às atividades realizadas pela Câmara de Registro, em 2018 houve um grande número de solicitações para a baixa do registro profis-



sional. Entre as principais alegações estão o desemprego e o exercício de outras atividades. Por isso, a necessidade de averiguar, através da Fiscalização, estas solicitações de baixa, para que não ocorra o exercício irregular da profissão.

Apesar dos números positivos em nossa função triade (fiscalização, registro e educação continuada), sentimos que podemos fazer mais e que nosso papel não é apenas como órgão de fiscalização da profissão contábil, mas, também como defensor dos interesses da sociedade.

Por isso, fomos a primeira instituição a sair em defesa da população palmense ao questionar o vultoso aumento do IPTU na capital, sediando a primeira reunião para tratar do processo de Ação Direta de Inconstitucionalidade – ADIN. Posteriormente protocolizada, e com êxito, pela OAB/TO.

Ao sermos procurados pelo Ministério Público Estadual sobre o ICMS cobrado na conta de energia elétrica dos tocantinenses, o CRCTO emitiu parecer técnico, pontuando sobre a cobrança equivocada desse tributo, seguindo conformidade com o STF. O ganho desta causa gerará uma

economia de 15% a 30% no consumo de energia da população.

Conseguimos ainda, a retirada da cláusula punitiva da Convenção Coletiva, antes aprovada pela Fecomércio, a qual pretendia responsabilizar civilmente os profissionais da contabilidade pelo pagamento, ou não, da taxa de benefício social cobrado por sindicatos e federações.

Temos consciência da crise que assola o país nos últimos anos, por isso, nos preocupamos em manter a saúde financeira e patrimonial de nosso Conselho. Para alcançarmos um superávit orçamentário e financeiro em 2018 foi primordial mantermos contínuas ações de cobrança (administrativas e judiciais) que alcançaram melhores resultados na arrecadação, acompanharmos os contratos e serviços para um efetivo controle das despesas, empregarmos o Pregão Eletrônico como modalidade preferencial para os certames licitatórios realizados pelo CRCTO, o que resultou na celebração de contratos mais vantajosos para a administração, investirmos em manutenções preventivas de equipamentos e estrutura, evitando assim, gastos desnecessários com compras e manutenções corretivas e, principalmente, criarmos a consciência coletiva (entre funcionários e conselheiros) de que estamos a gerir um orçamento público e por isso devemos ter responsabilidade ao exercer essa função.

Sabemos que precisamos melhorar em muitos aspectos ainda, temos inúmeras deficiências, mas, as dificuldades não nos assustam. As expectativas para o futuro são positivas, apesar dos desafios que iremos enfrentar.

Em breve iremos implantar a Sala do Conta-

dor, um espaço com estrutura disponível aos profissionais da contabilidade, principalmente para aqueles oriundos das cidades do interior do Estado, e que em Palmas, terão esse ponto de apoio. Essa sala também será utilizada para realizar atendimentos aos profissionais da contabilidade sobre o e-Social.

Visando facilitar o acesso à Educação Profissional Continuada já firmamos parceria com o Conselho Regional de Contabilidade de São Paulo, que disponibilizará sua plataforma de cursos on-line de forma inteiramente gratuita para os profissionais do Tocantins. Todos os cursos possuem certificação e pontuação para o Programa da Educação Profissional Continuada. Outra conquista será a realização, pela 1ª vez em Palmas, da Semana Contábil e Fiscal para Estados e Municípios (SECOFEM), um evento nacional, organizado em parceria com a Secretaria do Tesouro Nacional e o Conselho Federal de Contabilidade, apresentando os grandes nomes e a mais recente legislação para a contabilidade pública. Sem dúvidas, um grande avanço para nosso Estado.

Buscando colaborar com a formação qualificada de novos profissionais o CRCTO apoia a

criação da Academia Tocantinense de Ciências Contábeis – ATOCCON no ano de 2019, uma vez que a instituição poderá incentivar, disseminar e desenvolver o estudo e a pesquisa das ciências contábeis em nosso estado.

Sonhamos em conseguir contribuir cada vez mais com a sociedade na qual estamos inseridos, por isso, acreditamos e abraçamos o projeto de construção do Hospital de Amor do Tocantins. A Comissão do Amor, integrada por profissionais da contabilidade, foi instituída com o objetivo de desenvolver ações para angariar fundos e incentivar as doações voltadas para a obra. Será uma grande conquista tendo em vista a quantidade de pessoas do Tocantins que são atendidas no Hospital de Amor em Barretos, só em 2017 foram mais de 15 mil atendimentos para pacientes oriundos de nosso estado.

Estamos muito perto de concretizar também, um antigo sonho das gestões que já passaram pelo CRCTO: a realização do nosso Encontro de Contabilidade do Tocantins (ENCON) em auditório próprio, na nossa sede, casa de todos os nossos profissionais. Sem dúvidas, um dos maiores marcos na história do CRCTO até então!

Uma grande conquista para toda a classe, que agora poderá desfrutar de um espaço adequado e confortável para participar das capacitações e eventos que serão realizados.

Este Relato Integrado não atende apenas às exigências dos órgãos de controle, mas, também à necessidade que temos em apresentar como os recursos dos profissionais da contabilidade estão sendo utilizados. Nos próximos capítulos você encontrará informações detalhadas sobre a nossa instituição, planejamento estratégico, resultados alcançados e gestão orçamentário-financeira.

Por fim, conclamo aos profissionais da contabilidade a estarem mais perto de seu Conselho, a participarem e entenderem do processo que direciona os rumos de sua profissão. Tenham certeza que serão bem vindos!

Boa leitura!

Contador Norton Thamazi

Quem somos

O Conselho Regional de Contabilidade do Tocantins foi criado através da Resolução CFC nº 734/92 em 22 de outubro de 1992, tendo como principais objetivos: registrar, fiscalizar e promover a educação continuada de profissionais pertencentes a sua jurisdição. A atual composição do Plenário do CRCTO conta com o quantitativo de 09 (nove) conselheiros efetivos e outros 09 (nove) suplentes.

Tendo em vista as grandes mudanças ocorridas nos últimos anos com a relação à prática da profissão contábil, o CRCTO busca sempre oferecer encontros, mesas redondas, cursos, palestras, workshop, fóruns de aperfeiçoamento através de Programas de Educação Continuada. Podemos destacar também o Programa de Voluntariado da Classe Contábil, que conta com o apoio de uma Comissão que promove treinamentos para as comunidades nas áreas de Terceiro Setor, Orçamento Familiar, dentre outros.

A classe contábil tocan-tinense

437

Organizações Contábeis

637

Técnicos em Contabilidade

2.709

Contadores

Números do CRCTO

18

Conselheiros efetivos e suplentes

10

Delegacias

15

Funcionários

02

Fiscais

01

Estagiário



Visão Geral, Organizacional e Ambiente Externo

CRCTO

O Conselho Regional de Contabilidade do Tocantins (CRCTO), criado pela Lei nº. 12.249/10 e Resolução CFC nº 734/1992, é uma Autarquia de Regime Especial, dotado de personalidade jurídica de direito público. Sua estrutura, organização e funcionamento são estabelecidos pelo Decreto-Lei nº 9.295/46 e pela Resolução CFC nº 1.370/11, que aprova o Regulamento Geral dos Conselhos de Contabilidade.

O CRCTO é integrado por representantes oriundos de diversas cidades do Estado do Tocantins, que ocupam o cargo honorífico de conselheiro. Ao todo são nove Conselheiros Efetivos e igual número de Suplentes – Lei nº 11.160/05.

Suas atribuições estão em registrar, fiscalizar, orientar e disciplinar, técnica e eticamente, o exercício da profissão contábil em todo o Estado do Tocantins.

Missão

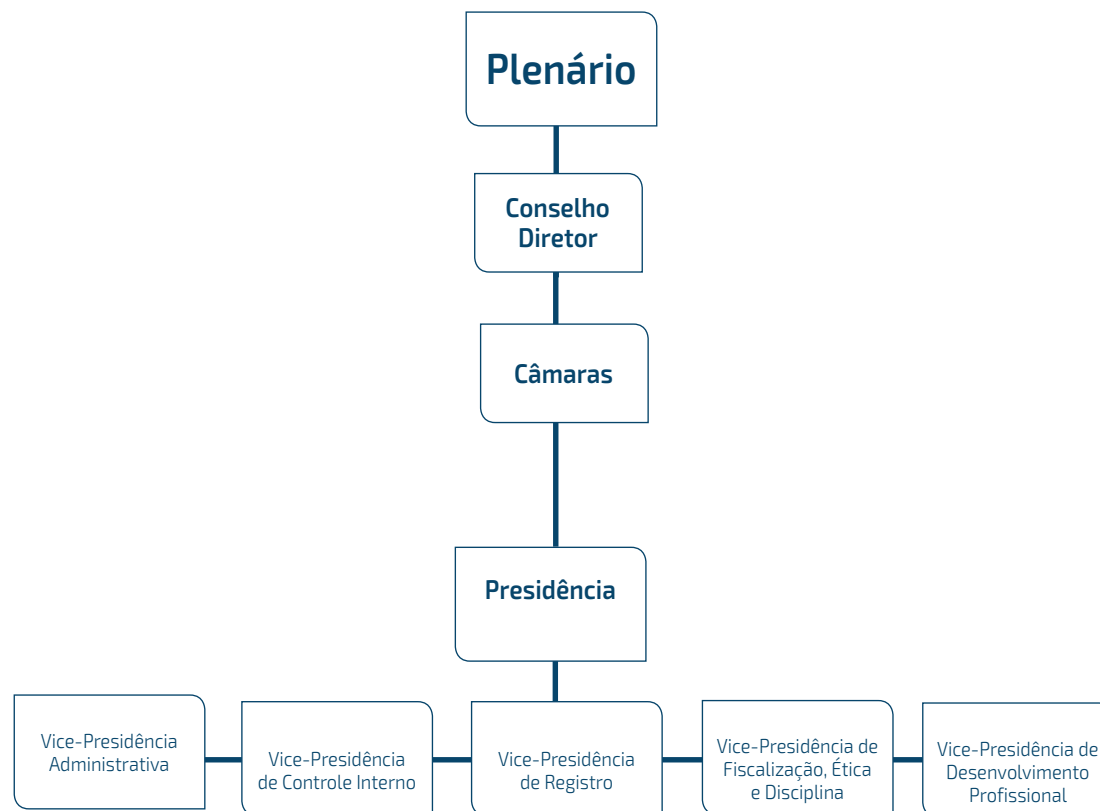
Inovar para o desenvolvimento da profissão contábil, zelar pela ética e qualidade na prestação dos serviços, atuando com transparência na proteção do interesse público.

Visão

Ser reconhecido como uma entidade profissional participe no desenvolvimento sustentável do país e que contribui para o pleno exercício da profissão contábil no interesse público.

Organograma

O CRCTO apresenta a seguinte estrutura organizacional:



Ambiente externo

Considerando o cenário nacional, difícil mencionar o nome de algum órgão, instituição ou empreendimento que não tenha sentido, de alguma maneira, os reflexos de uma das maiores crises econômicas da história do Brasil. Nesse período conturbado, iniciado em meados de 2014, o Produto Interno Bruto (PIB) recuou mais de 3% por dois anos consecutivos, 2015 e 2016, e só começou a apresentar sinais de recuperação em 2017, quando cresceu 1%. Essa recuperação parece caminhar a passos lentos, já que a expectativa de crescimento para 2018 é de cerca de 1,3%.

Esse contexto recessivo, em que o desemprego chegou a mais de 12% e o pessimismo se instalou, trouxe ao CRCTO uma redução de mais de 9% no número de registros profissionais, considerando o acumulado dos anos de 2017 e 2018. Além disso, o grau de inadimplência das anuidades seguiu em trajetória crescente nesse período, passando de uma média de 30,8% em 2015 para 35,2% em 2018.

Está em curso no Supremo Tribunal Federal (STF) a Ação Direta de Constitucionalidade (ADC 36), a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI 5367) e a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF 367) que, em síntese, buscam definir qual o regime de trabalho que deverá ser aplicado aos funcionários de Conselhos de Fiscalização Profissional – Celetista ou Estatutário. A matéria está pautada para apreciação no STF em junho de 2019 e vem sendo definida como uma ameaça, tendo em vista que sua decisão poderá acarretar enormes reflexos de ordem econômica e consequências estruturais gravíssimas para os Conselhos Profissionais, especialmente, no que se refere ao regime de aposentadoria dos funcionários.

No cenário internacional, é impossível não se deparar com os rápidos avanços tecnológicos que vêm ocorrendo a cada dia. É um caminho sem volta e os impactos dessas transformações se disseminam de várias formas. Nos últimos anos, a mídia vem trazendo uma visão negativa e ameaçadora dos impactos da tecnologia sobre a profissão contábil. Buscando reverter esse quadro, o CFC implementou várias ações no decorrer de 2018, com intuito de esclarecer que os avanços tecnológicos devem ser vistos muito mais como aliados do profissional da contabilidade, além de constituir uma oportunidade de aperfeiçoamento e atualização contínua.

Ademais, se analisarmos o papel do profissional da contabilidade hoje, percebemos que ele se desprende muito do nível operacional e se aproximou de um perfil mais estratégico, sendo peça fundamental na gestão de qualquer empreendimento. O diferencial está em ressaltar esse novo papel de gestor, as habilidades, a capacidade analítica, características essas que são, certamente, insubstituíveis.

Ainda no cenário internacional, vale mencionar que, além da própria sociedade estar mais exigente quanto à padrões de excelência, os preceitos mundiais estão cada vez mais voltados para valores como ética e integridade, trazendo transformações relevantes para o cenário contábil brasileiro. Assim, o profissional da contabilidade deve renovar seu comprometimento com a verdade e a justiça social a cada dia, tendo em vista que sua responsabilidade é, acima de tudo e sempre, para com a sociedade, usuária das informações produzidas.



Cadeia de valor

Nossa cadeia de valor está estruturada nos quatro pilares da nossa Lei de Regência, que viabiliza ao CRCTO orientar e fiscalizar o exercício da profissão contábil, além de promover a Educação Continuada dos profissionais.





Planejamento Estratégico e Governança

Planejamento Estratégico

É o conjunto de mecanismos sistêmicos que utiliza processos metodológicos para, dentro de um contexto, definir o estabelecimento de metas, o entendimento de ações, a mobilização de recursos e a tomada de decisões, visando à consecução de objetivos, a fim de alcançar o sucesso.

Em 2018, o CFC redefiniu a Identidade Organizacional do Sistema CFC/CRCs, composta pela Missão, Visão e Valores; bem como reavaliou e atualizou os Objetivos Estratégicos que guiarão o Sistema nos próximos dez anos (2018/2027). O foco do trabalho se deu na transparência das informações contábeis, na ética, no combate à corrupção e nas parcerias institucionais que reafirmam a importância da Contabilidade para o crescimento e desenvolvimento social do País.

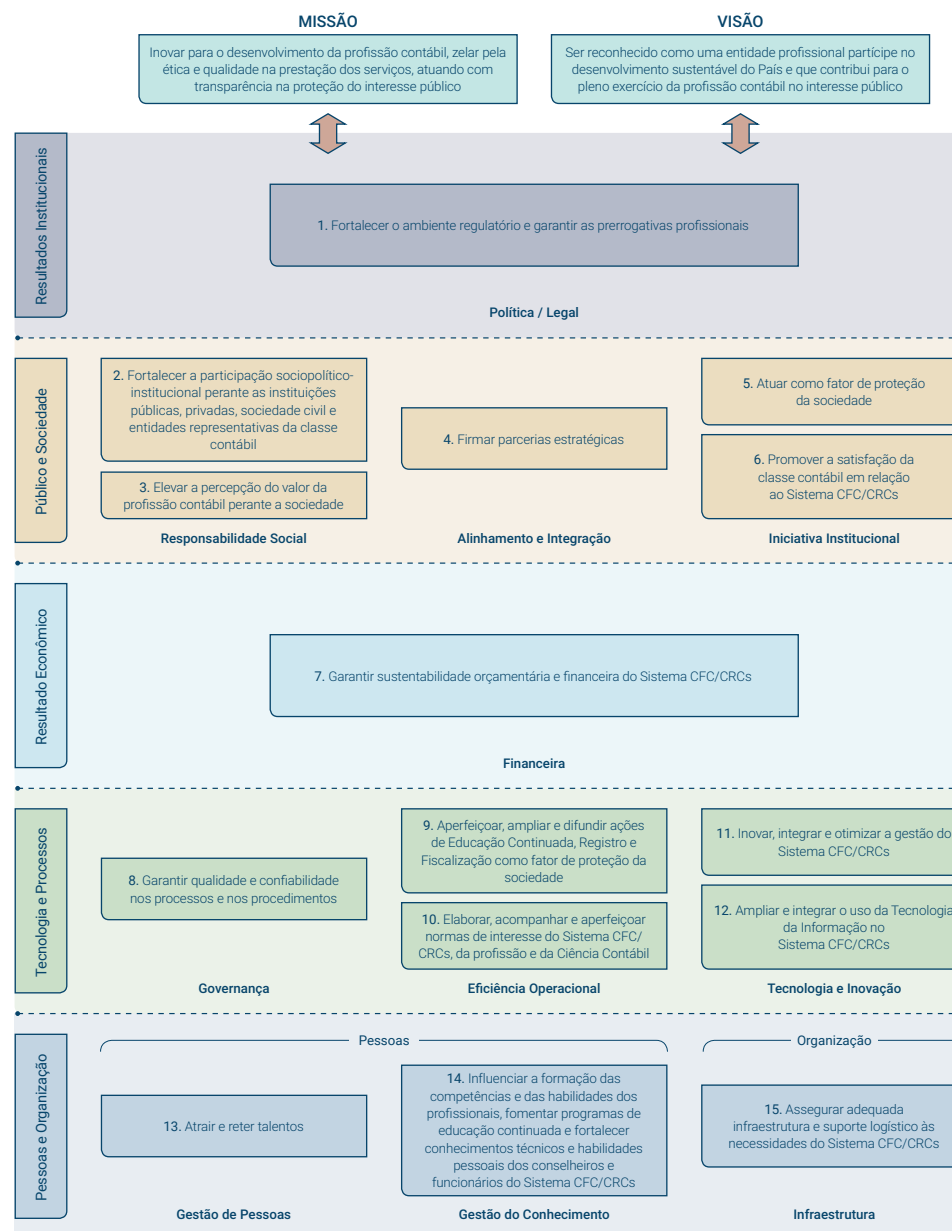
A nova **Missão** é inovar para o desenvolvimento da profissão contábil, zelar pela ética e qualidade na prestação de serviços, atuando com transparência na proteção do interesse público.

No que diz respeito à **Visão**, o Sistema CFC/CRCs quer ser reconhecido como uma entidade profissional participe no desenvolvimento sustentável do País e que contribui para o pleno exercício da profissão contábil no interesse público.

Os **Valores**, por sua vez, têm as seguintes premissas: Ética, Excelência, Confiabilidade e Transparência.

O mapa estratégico, construído em 2018, tem seus pilares fundamentados na identidade estratégica do Sistema CFC/CRCs e relaciona as 15 metas definidas como objetivos estratégicos, os quais foram elaborados e divididos em 5 perspectivas estratégicas: Resultados Institucionais; Público e Sociedade; Resultados Econômicos; Tecnologia e Processos e Pessoas e Organização.

Mapa Estratégico do Sistema CFC/CRCs



Projeto – Reuniões Regimentais

Investimento
R\$ 42.439,00

5

Projeto – Cobrança Administrativa e Judicial

Investimento
R\$ 35.981,28

7

Projeto – Promover a Educação Continuada - Cursos e Palestras

Investimento
R\$ 20.112,83

9

Projeto – Pessoal, Encargos e Benefícios

Investimento
R\$ 961.675,53

13

Projeto – Excelência na Contabilidade - Cursos de Pós-Graduação Lato e Stricto

Investimento
R\$ 22.475,00

14

Projeto – Aquisição, Construção, Instalação e Reforma de Sede e Subsede

Investimento
R\$ 368.667,46

15

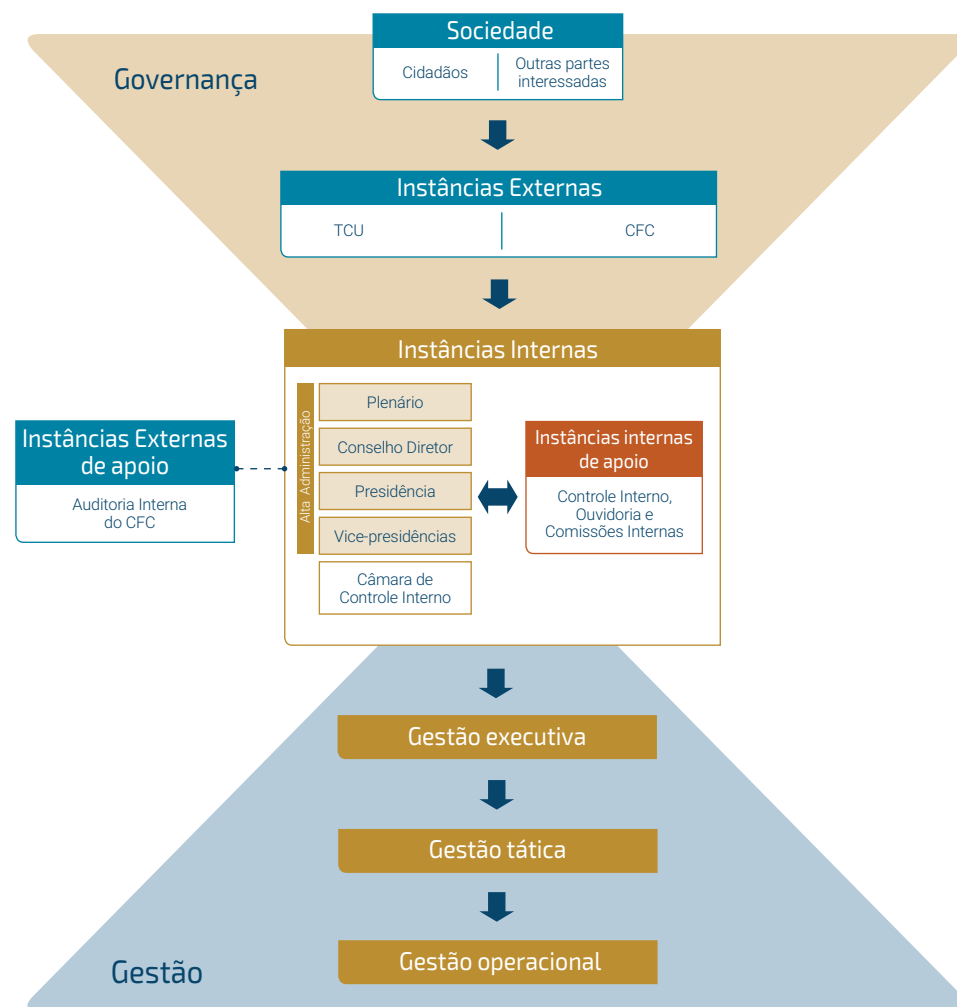
Projeto – Aquisição de Máquinas e Equipamentos, Móveis e Utensílios

Investimento
R\$ 174.146,75

15

Estrutura de Governança

No CRCTO, a Governança compreende a seguinte estrutura:



Informações sobre Dirigentes e Colegiados

Organização do CRCTO

Órgãos Deliberativos

- Plenário
- Conselho Diretor
- Câmara de Controle Interno
- Câmara de Registro Profissional
- Câmara de Fiscalização
- Câmara de Ética e Disciplina
- Câmara de Desenvolvimento Profissional

Órgãos Executivos

- Presidência
- Vice-Presidência Administrativa
- Vice-Presidência de Controle Interno
- Vice-Presidência de Registro Profissional
- Vice-Presidência de Fiscalização, Ética e Disciplina
- Vice-Presidência de Desenvolvimento Profissional

Composição do Conselho Diretor

Contador NORTON THOMAZI
Presidente

Contador JOADEMIR BARBOSA ROCHA
Vice-Presidente de Registro

Contador PAULO JOSÉ DA SILVA
Vice-Presidente Fiscalização, Ética e Disciplina

Contadora CELI REGINA LEOBAS DE SOUSA BARBOSA
Vice-Presidente de Controle Interno

Contador JOÃO GONÇALO DOS SANTOS
Vice-Presidente Administrativo

Contador ADRIANO MELO NEPOMUCENO
Vice-Presidente de Desenvolvimento Profissional

Téc. em Contabilidade EENDRIK LIMA GOMES
Representante dos Técnicos em Contabilidade no Conselho Diretor

Auditoria Interna do CFC

Conforme previsto na Resolução CFC nº 1.370/2013, art. 6º, § 4º, inciso II, que dispõe sobre o Regulamento Geral dos Conselhos de Contabilidade, a auditoria interna é realizada pelo CFC.

Na execução dos trabalhos o CFC realizou auditoria operacional com ênfase na verificação das normas internas, acesso e segurança da informação por meio do Portal da Transparência, controles da arrecadação das receitas, despesas em geral, processos licitatórios, contratos firmados, controle de bens patrimoniais e seus registros contábeis, Indicadores de desempenho, Tecnologia da Informação, acessibilidade gestão de pessoal.

O objetivo dessa auditoria interna foi à verificação da eficiência dos controles internos e o assessoramento à alta administração, de forma a contemplar o desenvolvimento de ações e soluções para um melhor desempenho dos atos administrativos, técnicos e operacionais.

Atividade de Correição e Apuração de Ilícitos Administrativos



Embora o Regimento Interno do CRCTO não contemple o sistema de correição, o conselho adota as recomendações emanadas pelas auditorias internas e externas. Compete ao CFC proceder a abertura de processo de sindicância e inquérito administrativos para apurar penalidade aplicada a dirigentes, que pratiquem ações em descumprimento de norma legal ou regimental, e ao CRCTO para funcionários e Colaboradores.

Legislação Aplicada:

- **Resolução CFC n.º 1.370/2011** - Regulamento Geral dos Conselhos de Contabilidade, art. 19-A §2º e §5º;
- **Resolução CFC n.º 1.523/2017** - Código de Conduta para os conselheiros, colaboradores e funcionários dos Conselhos Federal e Regionais de Contabilidade.
- Regulamento interno do CRCTO.

Canais de comunicação com a sociedade e partes interessadas

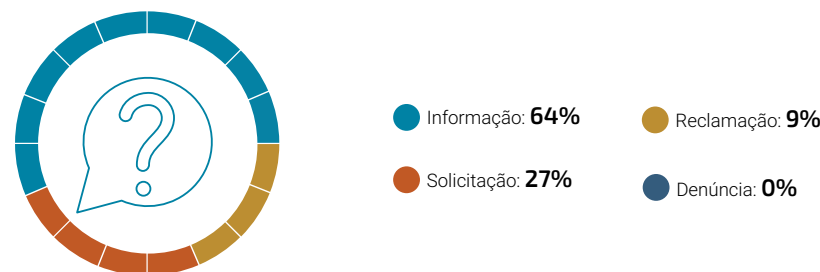
Ouvidoria

A Ouvidoria é um canal de comunicação entre o cidadão e o CRCTO para receber sugestões, elogios, solicitações, reclamações e denúncias referentes aos diversos serviços prestados. A Ouvidoria funciona como um canal de comunicação rápido e eficiente, estreitando a relação entre a sociedade e o CRCTO.

Implantada em 2016, funciona através de correio eletrônico (ouvidoria@crcto.org.br), localizado no site do CRCTO. Os usuários do serviço são os profissionais da contabilidade, organizações contábeis, estudantes de Ciências Contábeis e sociedade em geral.



Tipo de manifestação



Perfil do manifestante

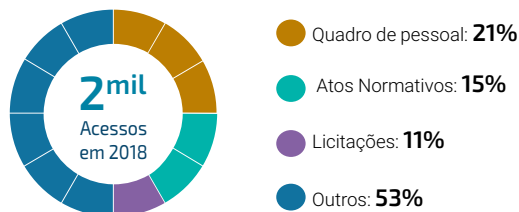


Portal da Transparência e e-SIC

Portal da Transparência

Em uma cultura de transparência e em cumprimento à legislação, o CRCTO mantém disponível o “Portal da Transparência e Acesso à Informação” e o “Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão”.

O Portal da Transparência é um canal de comunicação com o cidadão cujo objetivo é fornecer informações sobre os atos e fatos de gestão praticados pelo CRCTO para a classe contábil e a sociedade.



Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão (e-SIC)

Canal de comunicação entre o cidadão e o CRCTO para atendimento dos pedidos de informação relacionados à Lei de Acesso à Informação, permite que qualquer pessoa, física ou jurídica, encaminhe pedidos de acesso a informação. Por meio do sistema, além de fazer o pedido, é possível acompanhar o prazo pelo número de protocolo gerado e receber a resposta da solicitação por e-mail; entrar com recursos, apresentar reclamações e consultar as respostas recebidas. O objetivo é facilitar o exercício do direito de acesso às informações públicas.

03 Pedidos

00 Recursos

Carta de Serviços ao Usuário

Dada a sua importância, o CRCTO deverá elaborar a Carta de Serviços ao Usuário ainda no exercício de 2019. O documento tem por objetivo informar o usuário sobre os serviços prestados pelo Conselho, as formas de acesso a essas atividades e, também, os compromissos e padrões de qualidade de atendimento ao público do CRCTO.

Pesquisas de satisfação

As pesquisas serão abordadas no Capítulo IV – Resultados da Gestão.



Acessibilidade, Serviços e Instalações

O CRCTO procura assegurar em sua estrutura física meios de acessibilidade a pessoas portadoras de deficiência, através das seguintes medidas:

- Estacionamento com declives na calçada;
- Entrada do prédio com rampas que facilitem o acesso de cadeiras de rodas;
- Banheiros adaptados através de pias mais baixas e corrimãos;
- Elevador para acesso ao piso superior do prédio;
- Vaga no estacionamento interno;
- Portal da Transparência com serviço de solução de software especializado, objetivando acessibilidade em ambiente WEB, atendendo aos surdos, deficientes auditivos, visuais parciais, pessoas com Síndrome de Down, idosos, iletrados, disléxicos e outras pessoas com necessidades especiais.
- Além disso, o CRCTO se preocupa em realizar seus eventos e cursos em locais que proporcionem acesso e melhor acomodação de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, buscando integração entre seus profissionais.





Gestão de Riscos e Controles Internos

O processo integrado de Controle Interno no CRCTO objetiva atender as diretrizes estratégicas; avaliar a execução ética, economicamente eficiente e eficaz das operações; assegurar a conformidade das práticas; buscar a proteção do patrimônio e a salvaguarda dos recursos.

Nesse sentido, a Política de Governança, Gestão de Riscos e Compliance do CRCTO começou a ser implantada em 2018, através de uma comissão composta por servidores, cujo o objetivo é definir as diretrizes, metodologia e procedimentos que melhor se aplicam à realidade do CRCTO, através da elaboração de um Plano de Gestão de Riscos.

Em 2019 será iniciada a fase para identificar os riscos nas três principais funções do CRCTO (registro, fiscalização e educação continuada), assim como, estabelecer o processo de classificação, avaliação, adoção de respostas e monitoramento aos eventos de riscos identificados. A seguir atividades praticadas para auxiliar a mitigações dos riscos.

Natureza do Risco	Categoria do Risco	Exemplos de Gestão de Riscos
Não orçamentário-financeira	- Estratégico: eventos que podem impactar na missão, nas metas ou nos objetivos estratégicos do CFC. - Operacional: eventos que podem comprometer as atividades da unidade organizacional, sejam eles associados a falhas, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas, infraestrutura e sistemas, afetando o esforço da gestão quanto à eficácia e a eficiência dos processos. - Conformidade: eventos que podem afetar o cumprimento de leis e regulamentos aplicáveis. - Reputação: eventos que podem comprometer a confiança da sociedade em relação à capacidade do CFC em cumprir sua missão institucional ou que interfiram diretamente em sua imagem. - Integridade: eventos que podem afetar a probidade da gestão dos recursos e das atividades do CFC, causados pela falta de honestidade e desvios éticos.	- Planejamento estratégico; - Plano de Trabalho; - Sistema de Gestão por Indicadores; - Sistema de Gestão da Qualidade - Inventário Patrimonial; - Controle de estoque; - Capacitação funcional; - PCS e avaliação de desempenho; SPER - Conciliação bancária; - Check lists (processos de licitação); - Fiscalização de contratos - Portal da Transparência; - e-SIC; - Ouvidoria; - Relatório de Gestão - Código de Conduta; - PAD; - Renovação anual das comissões de licitação; - Portaria de Competências
Orçamentário-financeira	- Fiscal: eventos que podem afetar negativamente o equilíbrio das receitas do Sistema CFC/CRCs. - Orçamentário: eventos que podem comprometer a capacidade do CFC de contar com os recursos orçamentários necessários à realização de suas atividades, ou eventos que possam comprometer a própria execução orçamentária.	- Procedimentos de Cobrança (Manual de Cobrança) - Fluxo de Caixa; - Gerenciamento das despesas;

Gestão e controle de demandas judiciais

A Assessoria Jurídica do CRCTO realiza a gestão das demandas judiciais por meio da utilização de planilhas de controle que acompanham as movimentações, prazos e publicações dos processos de interesse do CRCTO. Além disso, também é realizado o monitoramento periódico das ações judiciais que demonstram possibilidade de geração de impacto econômico ao CRCTO.

No que tange à aferição das chances de perda de ações pelo CRCTO, são analisados três elementos basicamente: jurisprudência sobre o tema da ação; existência, no curso, de decisão concedendo tutela de urgência ou antecipação de tutela; e risco de dano econômico em projeção, considerando eventuais ações futuras ou demandas envolvendo direitos difusos ou coletivos.

Cabe ressaltar que a avaliação realizada tem o intuito de demonstrar a tendência do julgamento e não um indicativo preciso da posição que será adotada pelo Judiciário em cada caso.

Em 2019, o CRCTO ajuizou 347 ações de execução fiscal em desfavor de profissionais e organizações contábeis inadimplentes quanto as anuidades entre os períodos de 2012 a 2017, além de multas de infração e eleição.

Estas ações compreendem a importância de R\$ 1.395.915,09. Ainda assim, as perdas estimadas, correspondem a 37,5% deste total, dada a pouca efetividade dos procedimentos disponíveis para os processos, tais como: conciliação sem acordo, RANEJUD, BACENJUD e CNIB.

Perdas estimadas em R\$





Resultados da Gestão

Resultados da Gestão

O CRCTO adota o Sistema de Plano de Trabalho (SPT) e o Sistema de Gestão por Indicadores (SGI) como formas e instrumentos de monitoramento da execução e resultado do planejamento.

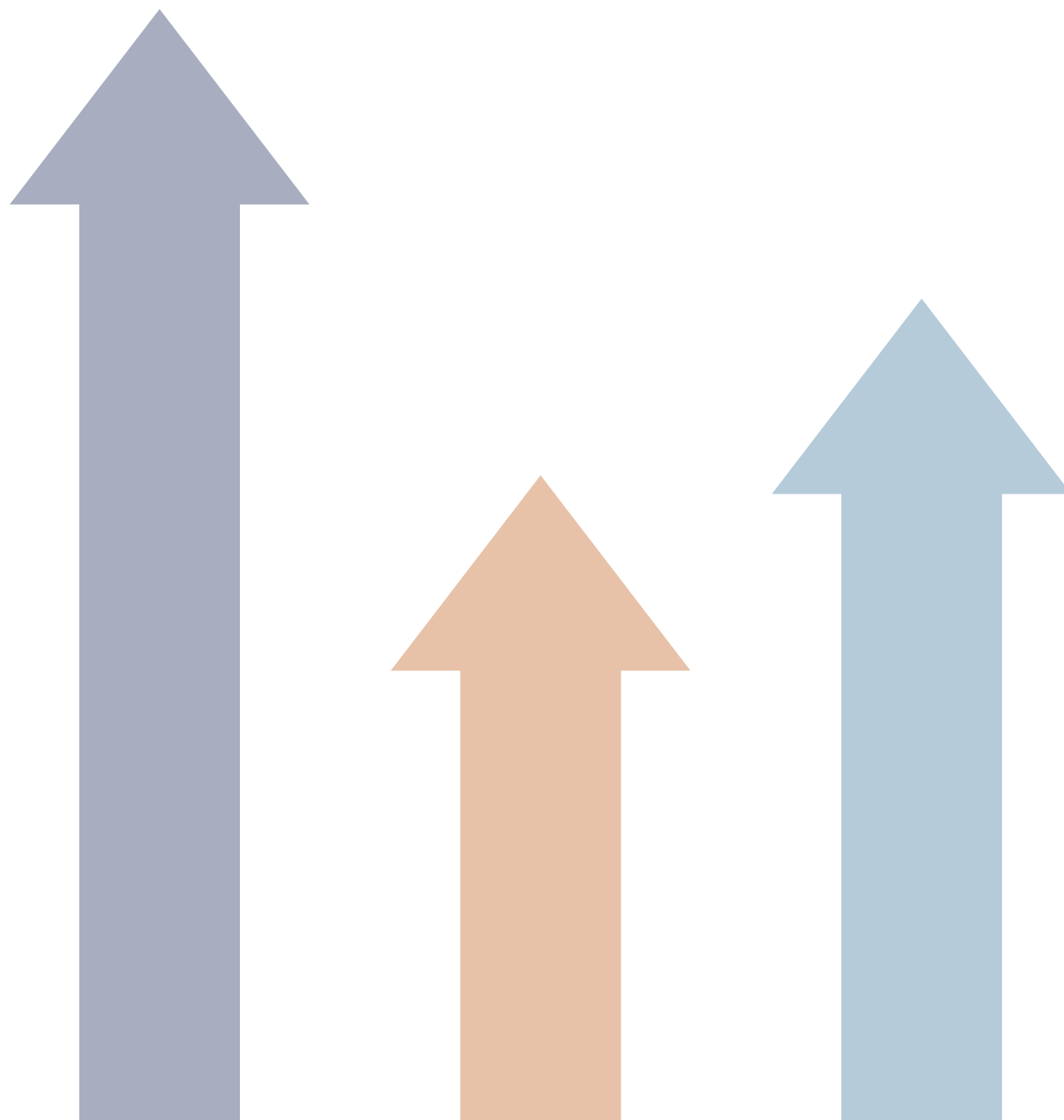
O SPT permite controlar as ações previstas, detalhar as ações executadas e avaliar se as metas estimadas foram alcançadas. Dessa forma, quando os resultados esperados não são obtidos, podem ser monitoradas as justificativas emitidas pelos responsáveis de execução. Isso possibilita a possível correção de rumos, a análise das causas e dos motivos para proposição de novas ações.

O outro instrumento empregado é o Sistema de Gestão de Indicadores, o qual monitora o desempenho dos Objetivos Estratégicos por meio de indicadores. Estes são os parâmetros que medem a diferença entre a situação desejada e a situação atual. Os indicadores são uma relação matemática que mede, numericamente, os atributos de um processo ou de seus resultados, com o objetivo de comparar essa medida com metas numéricas preestabelecidas.

O CRCTO tem seu orçamento e plano de trabalho alinhados aos Objetivos Estratégicos, de forma a garantir os recursos e as informações necessárias para a consecução desses objetivos.

Por meio dessas ferramentas de gestão, o CRCTO vem mantendo controle sobre os programas, os projetos e as atividades desenvolvidas, visando atender as suas finalidades institucionais e a sua visão de futuro, as quais estão contempladas no Planejamento Estratégico do período 2018-2027.

A seguir, para cada objetivo estratégico, é apresentada uma análise sobre: indicadores do SGI, principais projetos e ações do SPT, investimento total, prioridades estabelecidas e desafios e riscos.



Objetivo estratégico 2

Fortalecer a participação sociopolítico-institucional perante as instituições públicas, privadas, sociedade civil e entidades representativas da classe contábil

Vínculo com a cadeia de valor

- Relacionamento Institucional



R\$ 11.869,70
Investimento total

Indicadores

Relacionamento sócio-político-institucional

Objetivo: Avaliar o número de visitas dos representantes do conselho às autoridades públicas e destas na sede do CRCTO ou em outras dependências estabelecidas.

Meta → 40

Resultado → 64



Este resultado positivo, deve-se principalmente, pelo empenho da gestão em visitar autoridades do Estado e do município de Palmas que interferem direta ou indiretamente nas atividades contábeis, com o objetivo de se colocar à disposição para firmar parcerias que tragam contribuições para as instituições envolvidas. Bem como, em receber àquelas interessadas em contribuir para as ciências contábeis em nosso Estado.

Participação institucional (convite) em eventos de outras entidades

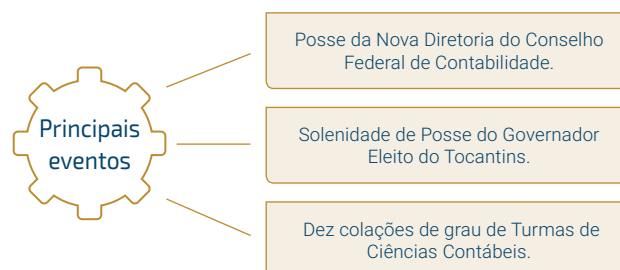
Objetivo: Avaliar a participação do CRCTO em eventos de outras entidades.

Meta → 45

Resultado → 49



Nossos resultados puderam ser atingidos positivamente, devido ao relacionamento político-institucional que vem sendo desenvolvido pelas gestões do CRCTO no decorrer dos anos. Na atual gestão este trabalho não foi diferente, a qual sempre buscou estar inserida nos assuntos de interesse dos profissionais da contabilidade e da sociedade como um todo, o que consequentemente gera convites para participar de eventos, reuniões e debates sobre os assuntos de interesse.



Posicionamento público do CFC/CRCs sobre temas relevantes de interesse da classe contábil e da sociedade

Objetivo: Avaliar o número de destaques dados a posicionamentos públicos referentes ao CRCTO na mídia.

Meta → 05

Resultado → 12



O CRCTO busca estreitar cada vez mais seu relacionamento com

a mídia do Estado. Muitos veículos já enxergam o Regional como uma fonte segura, confiável e disponível para informações. Assim, sempre que precisam de informações relacionadas ao fisco, tributação e obrigações do contribuinte procuram o CRCTO para colaborar. A respeito do que ocorreu nas entrevistas concedidas por conselheiros sobre o Imposto de Renda, Novas Regras dos Boletos Bancários e Obrigatoriedade da Nota Fiscal Eletrônica.

Principais projetos e ações

Representação Institucional em Eventos Nacionais

Objetivo: Propiciar a representatividade dos conselhos de contabilidade, exercida por seus conselheiros e/ou colaboradores, nos eventos nacionais e internacionais que promovam o engajamento do CRCTO no contexto socioeconômico-político e cultural do país.

Resultados:

Fizemos insistentemente ao longo do ano a cobrança administrativa, fiscal e judicial dos profissionais e organizações contábeis com o objetivo de aumentar arrecadação, diminuir a inadimplência e evitar a prescrição de créditos, de acordo com a legislação vigente e as orientações do manual de cobrança do CRC's.

Prioridades estabelecidas

- Para cumprir com este objetivo a gestão sempre buscou estar presente nos eventos que fora convidada, seja através do Presidente ou representantes (conselheiros, membros de comissões, voluntários, funcionários, etc), fato que fortalece a confiança das instituições, pois, reconhecem o apoio que recebem do CRCTO.
- Zelar pela imagem do CRCTO como instituição séria e detentora de conhecimento. Gerar conteúdos de interesse para a sociedade como um todo e assim, conseguir espaços na mídia espontânea. Atender todos os convites feitos pela mídia para posicionamento.

Desafios e riscos futuros

- Dar visibilidade ao trabalho realizado pelo CRCTO nas mais diversas esferas da sociedade, para que outras instituições

- saibam que podem obter apoio e parcerias com o Regional.
- Consolidar a imagem do CRCTO como instituição participe de causas, ações e processos que influenciam cotidianamente na vida das pessoas;
- Mostrar o CRCTO como um formador de opinião, alheio a questões políticas e interesses de cunho pessoal.

Objetivo estratégico 3

Elevar a percepção do valor da profissão contábil perante a sociedade

Vínculo com a cadeia de valor

- Governança, Gestão de Riscos e Compliance



Indicadores

O CRCTO não vincula a nenhum dos indicadores criados a esse objetivo.

Principais projetos e ações

Comunicação Institucional

Objetivo: Difundir informações de interesse público sobre as filosofias, as políticas, as práticas e os objetivos do CRCTO, alinhados ao planejamento estratégico da entidade, de modo a torná-los públicos.

Acessos ao Site do CRCTO



Campanhas Institucionais

Objetivo: Promover campanhas de valorização da profissão contábil.

Prioridades estabelecidas

- Tratamento do resultado das pesquisas de satisfação;
- Apresentar à classe contábil e à sociedade a atuação do CRCTO;
- Contratação de profissional especializado em mídias sociais e no atendimento à imprensa;

Desafios e riscos futuros

- Implementar ações que contribuam para a melhoria da imagem do profissional da contabilidade perante a sociedade e para aumentar o nível de reconhecimento em comparação a outros profissionais;
- Elaboração de projeto para fomentar as ferramentas de comunicação interna (divulgação da informação, conscientização dos colaboradores e estímulo à comunicação);

Objetivo estratégico 4

Firmar parcerias estratégicas

Vínculo com a cadeia de valor

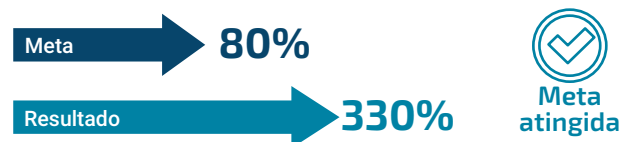
- Relacionamento Institucional



Indicadores

Percentual de parcerias e patrocínios firmados

Objetivo: Avaliar a variação % de parcerias firmadas durante o ano entre CRCTO e outras entidades/organizações.



Em 2018 firmamos 33 apoios, resultado do empenho do CRCTO em buscar parcerias não somente ligadas à classe contábil, mas também com outras profissões, para realização de eventos e debates de interesse institucional.

Prioridades estabelecidas

- Verificar a idoneidade das instituições que buscam parceria com o CRCTO;
- Estabelecer benefícios aos profissionais da contabilidade de forma direta ou indireta;
- Formalizar as parcerias através de assinatura de termo de convênio/cooperação.

Desafios e riscos futuros

- Abrir edital de chamamento público para a realização de parcerias;
- Imagem do CRCTO ser prejudicada por conta de determinada parceria;
- Causar prejuízos ao Regional ou aos profissionais decorrentes de alguma parceria.

Objetivo estratégico 5

Atuar como fator de proteção da sociedade

Vínculo com a cadeia de valor

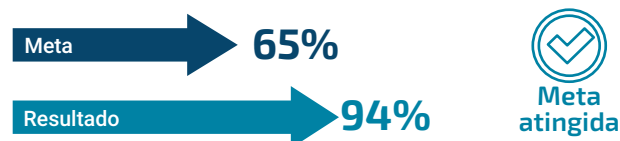
- Gestão Ética e Disciplinar da Profissão Contábil
- Gestão de registro nos Conselhos de Contabilidade
- Gestão dos Controles Internos



Indicadores

Ética na profissão

Objetivo: Avaliar o % de penalidades aplicadas no exercício corrente em relação ao número de processos julgados no exercício corrente.

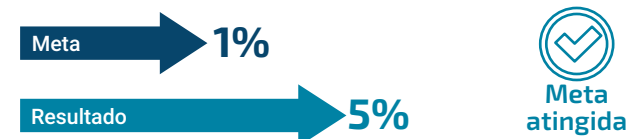


Cumprimos esta meta em função do comprometimento dos membros da Câmara de Fiscalização, Ética e Disciplina, que embora renovada para o exercício 2018, conseguiu manter a regularidade

no julgamento dos processos.

Índice de controle social

Objetivo: Avaliar o % de profissionais registrados participando em programas de voluntariado.

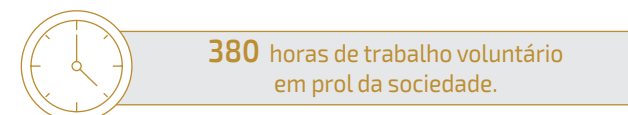


O Programa de Voluntariado da Classe Contábil é o maior responsável por aumentar o número de ações do CRCTO voltadas para o controle social e causas beneficentes. Além de estar trabalhando ativamente através de palestras de conscientização, arrecadação de doação de alimentos e cursos de capacitação para o terceiro setor, a comissão do PVCC também divulga estas ações que acabam gerando maior interesse dos profissionais da contabilidade em participar.



22 atividades realizadas nos quatro subprogramas:

- 1) Rede Nacional de Cidadania Fiscal;
- 2) Educação Financeira;
- 3) Doações ao Funcionário e ao Fundo do Idoso;
- 4) Ações Locais de Voluntariado.



Principais projetos e ações

Reuniões Regimentais

Objetivo: Assegurar o cumprimento das prerrogativas institucionais do CRCTO. Promover reuniões plenárias, do conselho diretor e das câmaras do CRCTO. Viabilizar a realização de reuniões que tenham por escopo a projeção de estratégias e/ou políticas de desenvolvimento voltadas para as atividades relevantes e necessárias à valorização da profissão contábil.

Resultados:

Nas reuniões regimentais foram homologadas as decisões das reuniões de Câmaras, bem como foram discutidos os projetos, a gestão e a aplicação dos recursos, com vistas ao aprimoramento da profissão contábil.

Prioridades estabelecidas

- Buscar parcerias com entidades ligadas às causas sociais e com os órgãos de controle para desenvolver trabalhos junto com o PVCC.

Desafios e riscos futuros

- Conseguir maior participação dos profissionais da contabilidade residentes nas cidades do interior do estado no PVCC, para que mais regiões sejam beneficiadas com as ações e projetos realizados pelo programa.

Objetivo estratégico 6:

Promover a satisfação da classe contábil em relação ao Sistema CFC/CRCs

Vínculo com a cadeia de valor

- Gestão Ética e Disciplinar da Profissão Contábil

- Gestão de registro nos Conselhos de Contabilidade
- Gestão da Educação Continuada



R\$ 0,00

Investimento total

Indicadores

Grau de satisfação dos profissionais da contabilidade

Objetivo: Avaliar o grau de satisfação dos profissionais da contabilidade em relação às ações desenvolvidas pelo CRCTO.



As atividades desenvolvidas pelo CRCTO precisam atingir primariamente seu público alvo, ou seja, os profissionais da contabilidade. Por isso, sempre é analisado como as ações chegarão e qual o impacto para este público. Além da atenção dada aos feedbacks recebidos. Dessa forma é possível alcançar a satisfação dos profissionais e empregar melhorias.

Prioridades estabelecidas

- Os maiores esforços do CRCTO para gerar a satisfação de seus profissionais estão em um bom atendimento e na qualidade dos serviços prestados, de forma que o profissional da contabilidade tenha uma solução rápida e satisfatória de seus problemas.

Desafios e riscos futuros

- Aumentar a satisfação dos profissionais com o Conselho sem deixar de cumprir rigorosamente com suas atribuições e deveres que costumam gerar insatisfações, tais como fiscalização, penalidades e cobrança.

Objetivo estratégico 7:

Garantir sustentabilidade orçamentária e financeira do Sistema CFC/CRCs

Vínculo com a cadeia de valor

- Gestão orçamentária dos Conselhos de Contabilidade
- Gestão de arrecadação de recursos



R\$ 419.321,02

Investimento total

Indicadores

Ampliação da receita de contribuição (anuidade de profissionais e organizações contábeis)

Objetivo: Avaliar o comportamento da receita de contribuição (redução ou acréscimo) em relação ao exercício anterior.



Meta não atingida

Não conseguimos alcançar a meta estipulada para o indicador, devido ao grande número de baixas de registro profissional e a atual situação financeira nacional que atinge a todos direta ou indiretamente. Pautando sempre pelo aumento da receita, o setor de cobrança fez uso de todas as ferramentas e meios de cobrança disponíveis, com ações efetivas direcionadas ao alcance da meta e do resultado estipulado.

Índice de inadimplência profissional - geral

Objetivo: Avaliar o % geral de inadimplência de anuidades, multa de infração e multa de eleição dos profissionais, acumulada até o exercício atual.



A meta alcançada neste índice deve-se ao trabalho de cobrança desenvolvido por toda a equipe do setor durante o período pré-estabelecido, ou seja, um trabalho focado nas metas e objetivos definidos. Atentos ao Manual de Cobrança do Sistema CFC/CRC's, as ações são realizadas de forma contínua, a fim de potencializar os efeitos da cobrança administrativa, tais como: Lançamento, impressão e envio da anuidade do exercício nos primeiros dias do ano; Envio de mala direta a cada dois dias com link para impressão da anuidade do exercício, contendo informações sobre os prazos e valores do desconto; Envio de boletos via email e impressão na sede do CRCTO sempre que necessário; Ligações para profissionais com parcelamento em atraso; Impressão de certidões e envio aos cartórios de protesto por meio de sistema eletrônico específico.

Índice de inadimplência de organizações contábeis - geral

Objetivo: Avaliar o % geral de inadimplência de anuidades e multas de infração geral de organizações contábeis.

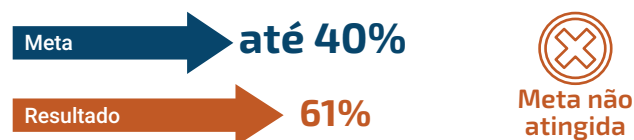


Atingimos a meta estipulada nesta categoria graças aos trabalhos realizados durante todo o exercício de 2018, pelo empenho de toda a equipe envolvida nas atividades e pelo fato de termos

um número reduzido de organizações contábeis, o que facilita o trabalho da equipe de cobrança.

Índice de despesas com pessoal

Objetivo: Avaliar o percentual da despesa de pessoal e encargos em relação ao total da Receita Líquida.



Neste indicador destacamos uma arrecadação com 10,74% a menos comparada ao exercício de 2017. Acreditamos que esse seja o principal fator que contribuiu para esse resultado. Tendo em vista, que os reajustes salarial e de benefícios foram concedidos conforme previsto na proposta orçamentária para o exercício. Para se obter um resultado positivo no próximo exercício, estaremos atentos ao cumprimento das receitas e despesas conforme planejamento.

Índice dos custos com a estrutura

Objetivo: Avaliar o percentual de custos gerais sobre a estrutura.



Os custos gerais com a estrutura contemplam todas as despesas para o pleno funcionamento do conselho. Portanto, tivemos um cuidado especial com as contratações de novas despesas e redução das já existentes, ações que nos ajudaram a alcançar a meta estipulada.

Principais projetos e ações

Cobrança Administrativa e Judicial - Profissionais e Organizações Contábeis

Objetivo: Realizar a cobrança da anuidade do exercício e reduzir

a inadimplência de profissionais e de organizações contábeis com o objetivo de evitar a prescrição de créditos, de acordo com a legislação vigente.

Resultados:

- Fizemos insistentemente ao longo do ano a cobrança administrativa, fiscal e judicial dos profissionais e organizações contábeis com o objetivo de aumentar arrecadação, diminuir a inadimplência e evitar a prescrição de créditos, de acordo com a legislação vigente e as orientações do manual de cobrança do CRC's.

Prioridades estabelecidas

- Impressão de certidão e termo de inscrição em dívida ativa de profissionais para execução fiscal, judicial e conciliações no decorrer do ano.
- Revisão dos contratos de prestação de serviço, a priorização de despesas e a adoção de manutenção preventiva que foi uma forma eficaz de minimizar os custos e reduzindo, em muitos casos, evitando os problemas.

Desafios e riscos futuros

- Manter a inadimplência no menor patamar possível e aumentar a arrecadação;
- Enfrentar a crise econômica, uma vez que ela trouxe dificuldades aos profissionais e às organizações contábeis de saldarem suas dívidas.
- Cumprimento total das normas e orientações do manual de cobrança.
- Cobrança indevida podendo causar ações indenizatórias contra o conselho.
- Perda de créditos por prescrição.
- Prejuízo das atividades em decorrência do não cumprimento dos serviços contratados.
- Manter a estrutura adequada para funcionamento pleno do conselho.
- Ser eficiente na aquisição de bens e serviços.

Objetivo estratégico 8:

Garantir qualidade e confiabilidade nos processos e nos procedimentos

Vínculo com a cadeia de valor

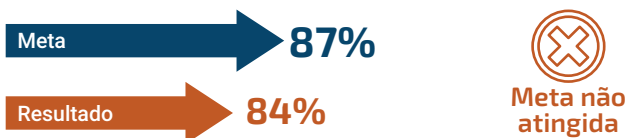
- Governança, Gestão de Riscos e Compliance
- Gestão dos Controles Internos



Indicadores

Tempo médio de julgamento de processos de registro

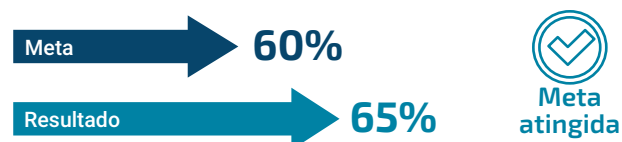
Objetivo: Avaliar o percentual de processos julgados dentro do prazo.



O baixo desempenho neste indicador se deu por conta da renovação de 2/3 (dois terços) dos conselheiros, em decorrência das eleições em 2017. O setor de registro recebeu 02 novos conselheiros. E apesar da realização de treinamentos tanto com as Resoluções, como na prática de sistema SPER para que os novos integrantes pudessem estar aptos a relatarem os processos, foi inevitável que alguns processos fossem julgados com prazo superior a 60 (sessenta) dias.

Tempo médio de julgamento de processos de fiscalização

Objetivo: Avaliar o percentual de processos julgados dentro do prazo.



A meta foi cumprida, em decorrência da correta instrução dos processos, bem como do comprometimento dos membros da Câmara de Fiscalização, Ética e Disciplina em emitir seus pareceres no tempo estipulado.

Prioridades estabelecidas

- Capacitar os novos conselheiros a respeito de suas atribuições e das legislações referentes às suas Câmaras;
- Atender os prazos de julgamento de processos previstos na legislação em vigor.

Desafios e riscos futuros

- Julgar todos os processos em tempo hábil;
- Manter uma atualização constante de conselheiros e funcionários quanto às legislações ligadas às áreas em que trabalham.

Objetivo estratégico 9:

Aperfeiçoar, ampliar e difundir ações de Educação Continuada, Registro e Fiscalização como fator de proteção da sociedade

Vínculo com a cadeia de valor

- Gestão Ética e Disciplinar da Profissão Contábil
- Gestão de registro nos Conselhos de Contabilidade
- Gestão da Educação Continuada



Indicadores

Índice de realização de diligências geral

Objetivo: Avaliar a variação percentual do total de diligências realizadas em relação à quantidade total de diligências previstas

para o exercício.



06 denúncias

159 notificações

212 processos



Medidas usuais como o controle diário das ações a serem empreendidas pela fiscalização; orientação aos profissionais; e a adaptação dos profissionais ao sistema de fiscalização eletrônica, foram fatores que contribuíram para o cumprimento deste meta.

Índice de evolução de registros profissionais ativos

Objetivo: Avaliar o percentual de crescimento dos registros profissionais ativos.



Não pudemos alcançar resultados positivos neste indicador, acreditamos que os principais fatores para isso são, a grave crise econômica e os baixos índices de aprovação nas últimas edições do Exame de Suficiência. Além disso, diversos profissionais procuraram o Regional para solicitarem a baixa de seus registros, alegando estarem desempregados, aposentados ou em exercício de outras atividades.

Investimentos em Desenvolvimento Profissional – Per Capita

Objetivo: Avaliar o valor investido no Programa de Educação Continuada por profissional da contabilidade.



Nosso investimento foi abaixo do que o esperado, contudo não realizamos menos do que o previsto. A explicação é que na maioria das ações realizadas, contamos com a permuta de vários recursos, que custariam valores para CRCTO, com instituições parceiras. Outro fator importante foi priorizar o conhecimento técnico de profissionais da nossa própria jurisdição, resultando no menor custo nas contratações de palestrantes e facilitadores. Tendo em vista o gasto de recursos abaixo do esperado neste exercício, para o próximo poderemos prever contratações mais vultuosas com o intuito de investir na educação profissional continuada de nossos profissionais.

Principais projetos e ações

Fiscalização das organizações contábeis e dos profissionais de contabilidade

Objetivo: Promover a fiscalização preventiva e de orientação, bem como exigir a obrigatoriedade da escrituração contábil de todas as empresas; fazer cumprir as normas brasileiras de contabilidade, os princípios de contabilidade e orientações emanadas de Resoluções do CFC, e coibir o exercício da profissão contábil por pessoas não habilitadas.

Fiscalização das empresas não contábeis

Objetivo: Verificar o registro profissional dos responsáveis e executores de serviços contábeis. Analisar as demonstrações contábeis com base na legislação, e em observância as NBCs e aos princípios de contabilidade.

Registro de Profissionais e Organizações Contábeis

Objetivo: Realizar o cumprimento das rotinas operacionais com

qualidade, informar os profissionais sobre a finalidade e funcionalidade do CRCTO e promover ações que fomentem o registro profissional e de organizações contábeis.

Resultados: Para o exercício de 2018 o CRCTO traçou metas para inscrição de novos profissionais e organizações contábeis, totalizando o montante de 155 (cento, cinquenta e cinco), conseguimos no geral alcançar o número de 139 (cento e trinta e nove), perfazendo um percentual de 90%. Merecendo destaque o registro de organizações contábeis no qual havíamos traçado um quantitativo de 50 (cinquenta), mas conseguimos em conjunto com ações do setor de fiscalização registrar 60 (sessenta) organizações contábeis.

Promover a educação continuada - cursos e palestras

Objetivo: Oferecer à classe contábil cursos e palestras úteis e de qualidade, propiciando o aprimoramento dos profissionais da contabilidade.

Resultados: Ao todo, foram 2.362 pessoas capacitadas, 37 atendimentos em todo Estado e 14 cidades, Cidades: Palmas, Dianópolis, Gurupi, Araguaína, Augustinópolis, Porto Nacional, Paraíso, Miracema, Guaraí, Tocantinópolis, Ananás, Colinas e Xambioá.

Prioridades estabelecidas

- Cruzamento de informações entre os bancos de dados do CFC e da Receita Federal, que permitiu verificar a regularidade das pessoas jurídicas com atividades econômicas de contabilidade, de seus responsáveis técnicos, bem como, dos trabalhos técnicos realizados;
- Divulgação dos cursos, de maneira instantânea, através das mídias do CRCTO e redes sociais.
- Utilização do Sistema de Eventos, ferramenta que permite a inscrição do profissional, de forma mais rápida.
- Elaboração de roteiros que facilitaram a locomoção de palestrantes para atender mais de uma cidade em curtos períodos de tempo. Assim, conseguimos realizar cursos em diferentes regiões do estado, com menor investimento de recursos.

Desafios e riscos futuros

- Conscientizar os profissionais da contabilidade do dever de se registrar e cumprir as normas estabelecidas para a profissão;

- Conscientizar os profissionais sobre a verdadeira função do Conselho;
- Realização de convênios com outros órgãos que facilitem a fiscalização das pessoas físicas e jurídicas;
- Insuficiência de fiscais;
- Necessidade de qualificação de funcionários e conselheiros envolvidos no processo para melhor uso dos sistemas disponíveis, bem como, melhor entendimento e interpretação das normas cabíveis.
- Necessidade de atualização das normas.
- Conseguir maior participação de profissionais registrados, em nossos eventos.

Objetivo estratégico 11:

Inovar, integrar e otimizar a gestão do Sistema CFC/CRCs

Vínculo com a cadeia de valor

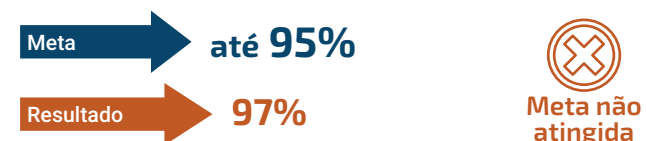
- Governança, Gestão de Riscos e Compliance
- Gestão orçamentária dos Conselhos de Contabilidade
- Sustentabilidade



Indicadores

Grau de eficiência orçamentária

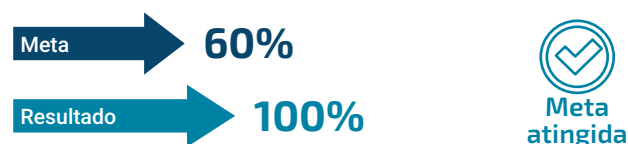
Objetivo: Avaliar o percentual da execução da despesa em relação à realização da receita.



O resultado que apresentamos deve-se pela baixa arrecadação em relação à receita prevista para o exercício, além do aumento das despesas com a finalização da obra e compra do mobiliário para o auditório. De qualquer forma, utilizamos mecanismos de acompanhamento periódico da execução orçamentária e efetuamos a análise dos projetos executados, considerando sempre o equilíbrio orçamentário e financeiro para que possamos realizar os controles necessários.

Grau de implementação da inovação

Objetivo: Avaliar o percentual de ações inovadoras implementadas em relação às aprovadas.



O planejamento é essencial para organização das ações a serem realizadas, permitindo priorizar o que realmente é necessário no tempo certo, por isso, o CRCTO se preocupa em realizar as ações que foram previamente aprovadas no plano de trabalho que é uma ferramenta eficiente no controle das atividades

As inovações realizadas no período foram:

1. Instituição do Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) no CRCTO;

2. Acessibilidade web no Portal da Transparência do CRCTO;

3. Implantação do Sistema de prestação de contas da EPC;

4. Regulação da participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos no âmbito do CRCTO;

Principais projetos e ações

Seminários e Reuniões Voltados à Gestão do Sistema CFC/CRCs

Objetivo: Promover reuniões/seminários de Presidências, Vice-Presidências, Diretorias, chefes de Departamentos e Funcionários.

Resultados: Para fortalecer e difundir a missão, visão e planejamento estratégico do Sistema CFC/CRC's e assim, poder cumprir com o que foi proposto para o exercício é necessário envolver os agentes protagonistas deste processo. Para isso, realizamos em 2018 o Seminário de Gestão do CRCTO, para o qual trouxemos todos os conselheiros efetivos e suplentes a fim de apresentá-los nossas atribuições, atividades e necessidades. Visando uma gestão compartilhada e descentralizada também realizamos a Semana de Planejamento Orçamentário, para o exercício seguinte, com Presidência, Vice-Presidência e Chefes de Setor para que cada área trouxesse sua contribuição para as realizações do próximo exercício.

Prioridades estabelecidas

- Implantação no âmbito do CRCTO, da Resolução CFC nº 1.248/2009 e suas alterações, que normatiza sobre a gestão documental e tabela de temporalidade para guarda de documentos.
- Aquisição do mobiliário do auditório, que proporcionará maior efetividade para a educação continuada dos profissionais.
- Acompanhamento das ações voltadas para a arrecadação da receita e controles direcionados à realização de despesas.

Desafios e riscos futuros

- Ser assertivo na elaboração dos planos de ações;
- Estar atento às legislações em vigor para contratações e políticas no âmbito da administração pública.
- Não cumprimento das propostas de nosso Plano de Trabalho.
- A subutilização do auditório.

Objetivo estratégico 12

Ampliar e integrar o uso da Tecnologia da Informação no Sistema CFC/CRCs

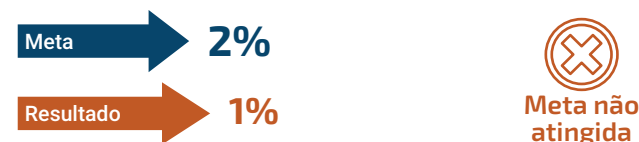
Vínculo com a cadeia de valor

- Solução de Tecnologia da Informação do Sistema CFC/CRCs.

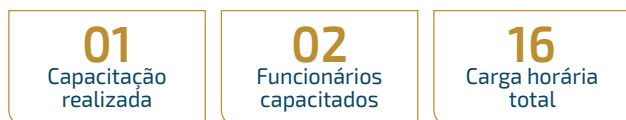


Índice de capacitação de usuários em tecnologia

Objetivo: Avaliar a quantidade de horas de capacitação por colaborador nos sistemas da informatizados utilizados pelo conselho de contabilidade (Ex.: sistema de fiscalização eletrônica, sistema de patrimônio, sistema de diárias, sistema financeiro, sistema eletrônico de registro – SPER, sistema de protocolo e outros). A capacitação pode ser realizada pela empresa proprietária dos sistemas, pelos responsáveis de cada área ou pelo responsável da informática.

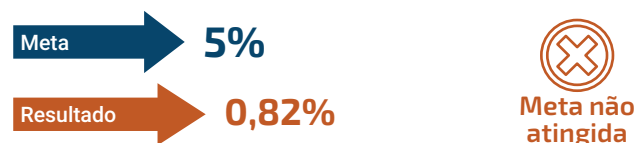


O CRCTO avalia a necessidade de capacitação por colaborador nos sistemas informatizados utilizados. Como não ocorreu nenhuma alteração nos sistemas de patrimônio, de diárias, de protocolo, de financeiro, sistema eletrônico de registro – SPER, com exceção do sistema de fiscalização eletrônica, o qual estava em fase de desenvolvimento e testes, não foram realizados treinamentos para este fim.



Índice de renovação do parque de informática

Objetivo: A equipe funcional do CRCTO é composta de colaboradores que já conhecem o sistema de trabalho e o mesmo não houve mudança.



Devido à restrição orçamentária e a priorização de outras ações que envolvem a totalidade do conselho, a modernização do parque de informática foi adiada, cumprindo apenas com as ações corretivas.

Principais projetos e ações

Tecnologia da Informação

Objetivo: Contratação de empresas terceirizadas de informática para o fornecimento de serviços especializados, bem como para atuar na segurança da informação.

Resultados:

Devido ao alto valor do link dedicado foi alterado o pacote da internet melhorando a estabilidade e a velocidade da internet do CRCTO.

Aquisição de um nobreak com a capacidade de assegurar as constantes quedas de energia, garantindo segurança dos dados.

Prioridades estabelecidas

- Manter o contrato de empresa de consultoria em Tecnologia da Informação e suporte de infraestrutura de rede.
- Implantação da melhoria do tráfego da rede interna, visando diminuir a lentidão para acessar sistemas interno.
- Manter serviços de e-mail corporativo e envio de *newsletter*.

Desafios e riscos futuros

- Cronograma de manutenção preventiva para redução de custos na manutenção e reposição de peças.
- Necessidade de melhorar a formação dos colaboradores em relação à atualização dos sistemas do CRCTO.
- Promover treinamentos e orientações para fiscais e conselheiros do CRCTO.
- Perca de dados por falta de backup;

Objetivo estratégico 13 Atrair e reter talentos

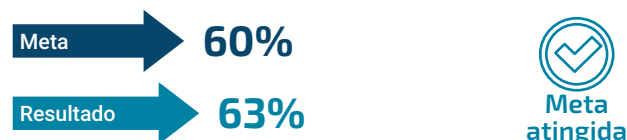
Vínculo com a cadeia de valor

- Governança, Gestão de Riscos e Compliance;
- Sustentabilidade.



Indicadores

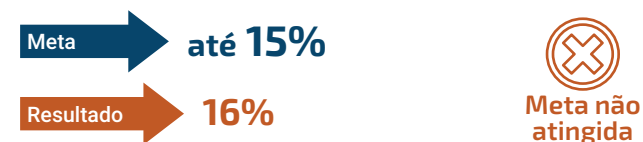
Grau de satisfação de funcionários em relação à infraestrutura e às ações desenvolvidas pelo Conselho em prol do corpo funcional



O CRCTO acredita que sua maior força para alcançar os objetivos estipulados para um exercício seja seu corpo funcional. Alcançar a satisfação de seus funcionários é cuidar para que as atividades sejam bem desempenhadas, os serviços prestados

Percentual de benefícios

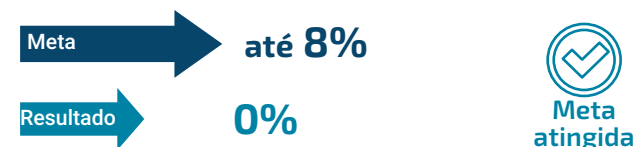
Objetivo: Avaliar o percentual gasto com benefícios de pessoal e assistencial em relação ao total da folha de pagamento.



Apesar da meta não ter sido totalmente alcançada, consideramos o resultado satisfatório, pois, apesar do não aumento nos valores da anuidade para o referido exercício, conseguimos conceder reajuste no benefício do Vale Alimentação oferecido ao nosso corpo funcional além da inclusão de um novo benefício: o plano odontológico, uma antiga solicitação de nossos funcionários. Contudo, vale ressaltar os aumentos advindos de fatores externos dos quais o Regional não possui controle, tais como: o plano de saúde e o vale transporte.

Taxa de desligamento

Objetivo: Avaliar o percentual da taxa de desligamento do quadro de funcionários.



Atribuímos o cumprimento desta meta às políticas de valorização (formais e informais) e de recompensas que o CRCTO emprega em prol de seus funcionários, o que colaborou para que nenhum funcionário fosse desligado em 2018.

Principais projetos e ações

Qualidade de Vida no Trabalho

Objetivo: Realizar exames ocupacionais com o objetivo de proporcionar redução no absenteísmo, avaliar aptidões físicas e mentais, além de evitar as implicações legais pelo não cumprimento. Proporcionar ginástica laboral a todos os funcionários com vistas a reduzir e prevenir doenças ocupacionais, por meio de exercícios específicos, de forma a obter melhoria na qualidade de vida no trabalho.

Resultados:

Através de reajustes salariais, aumento no benefício de vale alimentação, oferta de plano odontológico, exames periódicos, ginástica laboral, folga no dia do aniversário e confraternização, foi possível alcançar a meta estabelecida.

Pessoal, Encargos e Benefícios

Objetivo: Efetuar o pagamento das despesas (salário, encargos e benefícios) relativas aos gastos com pessoal (funcionários, cargos em comissão, jovem aprendiz e estagiários).

Resultados:

Os resultados foram satisfatórios tendo em visto que todas as despesas com pessoal foram cumpridas no prazo estabelecido.

Prioridades estabelecidas

- Realização de exames periódicos a cada dois anos, e a cada ano para os funcionários que estiveres acima de 50 anos.
- Realização de ginástica laboral 2 vezes por semana, para reduzir e prevenir doenças ocupacionais.

Desafios e riscos futuros

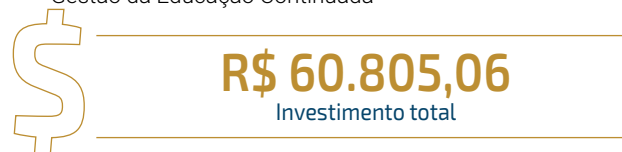
- Criar atividades e rotinas que aumentem o sentimento de pertencimento à organização dos funcionários do CRCTO.
- Estabelecer melhores condições de trabalho através de móveis, sistemas, materiais de expediente, segurança e capacitação.
- Aplicar de forma contínua, imparcial e rigorosa o que rege a CLT e o PCCS do CRCTO.
- Reajustes salariais;
- Atraso no pagamento dos ordenados e impostos relativos à folha de pagamento.
- A participação total dos funcionários nos momentos de ginástica laboral.
- Doenças decorrentes de movimentos repetitivos ou qualquer outra ocasionada em função da atividade ocupacional.

Objetivo estratégico 14:

Influenciar a formação das competências e das habilidades dos profissionais, fomentar programas de educação continuada e fortalecer conhecimentos técnicos e habilidades pessoais dos conselheiros e funcionários do Sistema CFC/CRCs

Vínculo com a cadeia de valor

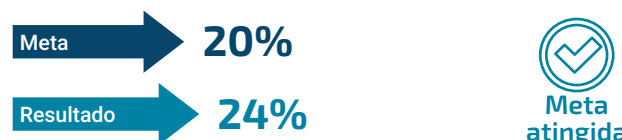
- Gestão da Educação Continuada



Indicadores

Participação dos profissionais da contabilidade em eventos de capacitação - Educação Continuada

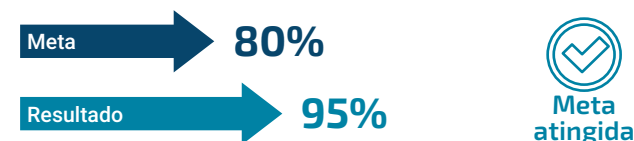
Objetivo: Avaliar o percentual de profissionais da contabilidade que participaram do programa de educação continuada.



Olhando para 2017 conseguimos evoluir em nosso resultado, isto foi possível, após divulgação das ações do regional, por meio das mídias sociais. Além disso, priorizamos por temas técnicos e emergentes, o que chamou a atenção da grande maioria.

Avaliação dos eventos – cursos, seminários, congressos, encontros, etc

Objetivo: Avaliar o índice de satisfação dos eventos (cursos, seminários, congressos, encontros, etc.) promovidos pelo CRCTO.



Atribuímos nosso resultado positivo como fruto do comprometimento do CRCTO em realizar as melhores capacitações aos seus profissionais registrados. Direcionamos nossos esforços para oferecer uma boa estrutura (espaços adequados para a realização dos eventos), palestrantes capacitados, ampla divulgação através de nossas mídias sociais, bom atendimento e custo zero.

Hora média de capacitação dos conselheiros

Objetivo: Avaliar o tempo médio de capacitação dos Conselheiros Efetivos.

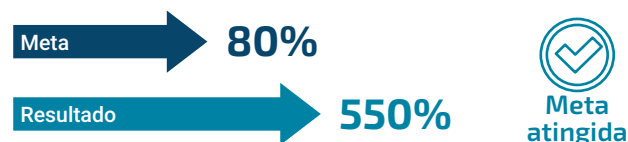


Entendemos o quanto a gestão precisa estar preparada para administrar adequadamente os recursos financeiros, patrimoniais e intelectuais de uma instituição. Por isso, o CRCTO investe na capacitação de seus conselheiros, principalmente daqueles que iniciaram a gestão neste exercício, a fim de que eles compreendessem o funcionamento e normativas que regem o Sistema CFC/CRC's.



Percentual de treinamentos realizados para funcionários atenderem às competências definidas

Objetivo: Avaliar o percentual de realização do plano anual de treinamento para os funcionários.



Foi possível ultrapassar as metas estabelecidas, tendo em vista a consciência e os esforços da gestão em manter o corpo funcional atualizado, bem como, conceder capacitações para as novas exigências e necessidades das áreas.



Principais projetos e ações

Excelência na Contabilidade - Cursos de Pós-Graduação Lato e Stricto Sensu

Objetivo: Fomentar a formação de mestres e doutores para o desenvolvimento da ciência contábil, com o objetivo de difundir conhecimentos por meio de reflexão e análises críticas renovadas, visando a melhoria do ensino de graduação da contabilidade.

Resultados:

- Realizamos os dois reembolsos previstos para o exercício, referentes ao benefício de 30% do valor das mensalidades pagas, concedido aos profissionais registrados no CRCTO e inscritos no Mestrado em Ciências Contábeis realizado pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS. Até o momento temos 16 profissionais da contabilidade beneficiados com o programa no Tocantins.

Apoio à Realização de Eventos da Área Contábil

Objetivo: Propiciar o desenvolvimento do programa de educação continuada, apoiando a realização de eventos e cursos com temas voltados à legislação profissional, à técnica e à modernização do exercício da profissão, de forma a capacitar o profissional da contabilidade para o eficiente desempenho de suas atividades.

Resultados:

Em 2018 foram assinados 12 (doze) Termos de cooperação técnica com instituições que se interessaram em realizar parcerias. Ainda atendemos 07 pedidos para custeio de palestrantes para eventos no interior do estado.

Participação dos Conselheiros em Eventos Nacionais e Internacionais

Objetivo: Estar presente nos eventos nacionais e internacionais - nas modalidades "reuniões", "congressos", "conferências" e "eventos similares" - que promovam o engajamento do CRCTO no contexto socioeconômico e cultural do país.

Resultados:

- Ao total foram realizados oito treinamentos com os conselheiros efetivos do CRCTO, visando capacitá-los para a sua atuação nos cargos, que a maioria, assumiu em 2018. A exemplo do Seminário de Gestão realizado pelo CRCTO no início do exercício e no qual foi explanado sobre as atribuições, deveres e direitos dos conselheiros, bem como, as rotinas e normativos que regem o Regional.

Capacitação e Desenvolvimento de Recursos Humanos

Objetivo: Executar o processo de treinamento, desenvolvimento e aperfeiçoamento dos funcionários, de acordo com o levantamento das necessidades, de forma a mantê-los atualizados.

Resultados:

Foram realizados onze treinamentos com os funcionários do CRCTO no exercício 2018, é possível destacar as capacitações com os temas relacionados ao e-Social, às exigências do TCU

quanto ao novo formato de Relato Integrado, as alterações nos limites de dispensa de licitação através do Decreto 9.412 e treinamento sobre a IN 05/2017, que trouxeram mudanças nas rotinas de trabalho.

Prioridades estabelecidas

- Incentivo à realização de treinamentos à distância, permitindo ao mesmo tempo, desonerar os gastos com tais ações e alcançar um maior número de colaboradores.
- Atendimento aos pedidos realizados por instituições parceiras, através do encaminhamento de ofício, tais como: palestrantes, divulgação e concessão do uso do espaço físico do Regional.
- Procuramos enviar palestrantes que residem em localidades próximas das cidades de origem dos pedidos de apoio.

Desafios e riscos futuros

- Para o próximo exercício será dada maior atenção às necessidades dos conselheiros, capacitando-os e acompanhando os resultados destas capacitações.
- Implantar um cronograma de treinamentos para o corpo funcional. Além de incentivar os colaboradores a buscarem cursos e treinamentos que viabilizem melhores formas de trabalho.
- Risco de desistência do palestrante, por motivo pessoal.

Objetivo estratégico 15:

Assegurar adequada infraestrutura e suporte logístico às necessidades do Sistema CFC/CRCs

Vínculo com a cadeia de valor

- Sustentabilidade



R\$ 2.450.015,14

Investimento total

Indicadores

Índice de adequação da frota de veículos de uso da fiscalização

Objetivo: Avaliar a variação % do total de veículos disponível as ações da fiscalização.



A meta foi cumprida, tendo em vista que este Conselho, possui um fiscal, e um veículo disponível para as atividades de fiscalização.

Prioridades estabelecidas

- Construção do auditório da sede do CRC com capacidade para 200 pessoas;
- Aquisição de equipamentos de ar condicionado e mobília para o auditório como: cadeiras, sofá, mesas e balcão;
- Instalação de cercas e porteiro eletrônico para aumentar a segurança predial do Regional;
- Normatização da guarda de documentos e a devida classificação destes conforme regulamentado na resolução de temporalidade.



Alocação de Recursos e Áreas Especiais de Gestão

Declaração do Vice-presidente Administrativo, João Gonçalo dos Santos

A Vice-presidência Administrativa integra a estrutura do conselho, vinculada a Presidência do Conselho Regional de Contabilidade do Tocantins.

São atribuições do vice-presidente de administração, substituir o Presidente; Integrar o Conselho Diretor; Auxiliar o Presidente executando incumbências que lhe forem delegadas; Adotar todas as medidas necessárias à realização das finalidades do CRCTO, propondo ao Presidente as que estiverem fora da sua alçada; Acompanhar e controlar os recursos financeiros arrecadados; Acompanhar a movimentação bancária, sugerindo as melhores aplicações financeiras de seus saldos; Assinar cheques e documentos de despesas por delegação do Presidente.

Além das atribuições acima citadas, desempenhadas pela Vice-presidência, podemos destacar: Relacionamento institucional, planejamento e orçamento, administração financeira, contabilidade, licitação e contratos, gestão de pessoas, almoxarifado e patrimônio, serviços gerais, etc.

Além disso, tem o papel de integrar e dar suporte operacional as demais Vice-presidências, que compõem o CRCTO.

O acompanhamento da execução dos projetos e atividades é uma etapa essencial para a consecução dos resultados da gestão e contribui para a realização das metas declaradas nos planos, além de auxiliar a tomada de decisão de forma tempestiva, facilitar a cooperação, a articulação e a integração entre as áreas do Conselho e até mesmo com órgãos externos.

Em 2018, podemos destacar algumas ações /

projetos, que foram desenvolvidas para atender as necessidades dos programas que resumem as atividades-fins e meio do CRCTO. Tais como: Instalação do arquivo deslizante, Adequação às normas de guarda de documentos, Manutenção predial, Conclusão da Obra do Auditório, Aquisição dos equipamentos de climatização e mobília para o auditório, Instalação de cercas elétricas e vídeo-porteiro para melhor segurança da sede do Regional.

Ao total foram inseridos no PTA 34 atividades e/ou projetos, para atender às necessidades dos 5 programas que resumem as atividades-fins e meio do CRCTO. Dessas atividades e/ou projetos, totalizando a proposta orçamentária em R\$ 2.325.960,00.

Ressalta-se que a elaboração da proposta orçamentária considerou as despesas fixas destinadas à execução dos serviços e à manutenção da entidade e buscou atender às estimativas de gastos de projetos discricionários presentes no Plano de Trabalho Anual. Portanto, os gastos foram fixados de acordo com sua relevância e grau de prioridade.

A restrição orçamentária se constitui em um grande desafio da gestão administrativa do Conselho Regional de Contabilidade do Tocantins, principalmente em razão da crise econômica que o Brasil vem enfrentando e que tem contribuído para o aumento do desemprego. Como consequência desse cenário, temos o aumento no número de pedidos de baixa de registros, aumento do percentual de inadimplência dos profissionais da contabilidade pelo não pagamento das anuidades e redução do número de solicitações de registros profissionais, fatores que interferem diretamente na arrecadação de recursos.

Com relação à gestão de pessoas, ressalta-se a redução do quadro funcional. Porém, a recomposição com os remanescentes permitiu a manutenção da qualidade dos serviços prestados.

Diante desta realidade, fez-se necessário a adequação das programações e ajustes para o aprimoramento dos procedimentos de gestão de pessoas, orçamentária e financeira no sentido de elevar a produtividade e a efetividade dos recursos empregados, sem comprometer a qualidade da prestação de serviços à classe contábil e a sociedade.

A conformidade e a confiabilidade do conteúdo contido neste capítulo encontram-se fundamentadas em informações extraídas dos principais sistemas informatizados do Conselho (contabilidade e orçamento, pagamentos, diárias e passagens, folha de pagamento, plano de trabalho, bens patrimoniais e almoxarifado, etc.) e foram atestadas pelos gestores das áreas responsáveis na elaboração deste Relatório de Gestão 2018.

Concluindo, DECLARO que os padrões de gestão do Conselho Regional de Contabilidade do Tocantins atendem aos requisitos de conformidade e confiabilidade das informações prestadas neste capítulo.



João Gonçalo dos Santos
CRCPR nº 032844/O

Vice-presidente Administrativo do CRCTO

Gestão Orçamentária e Financeira

O orçamento para o exercício de 2018 foi estimado em R\$ 2.325.960,00, aprovado por meio da Resolução CRCTO nº 273/2017, subdividido em Objetivos Estratégicos, Programas, Projetos e Atividades. Entretanto, houve modificações orçamentárias, por anulação ou suplementação de recursos, redimensionando-o para o montante de R\$ 2.909.466,82.

Variação orçamentária do CRCTO:

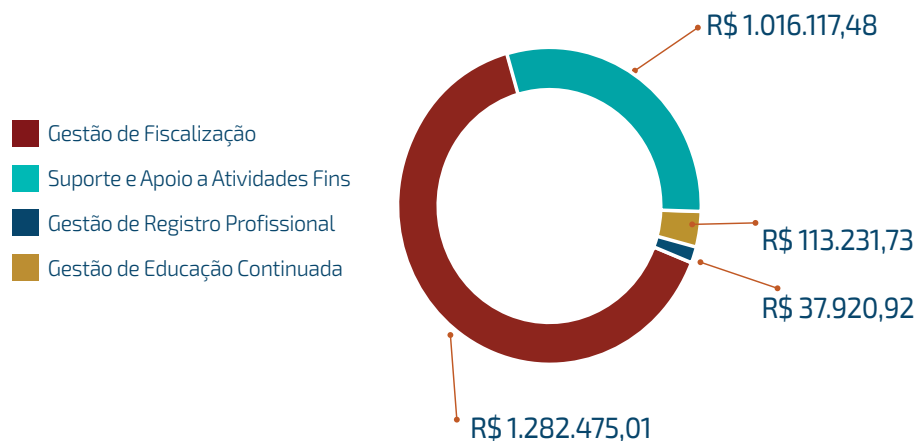


Execução Orçamentária

Em 2018, o CRCTO arrecadou R\$ 2.524.034,15, representando 86,75% da receita prevista, sendo R\$ 1.926.203,67 receitas correntes, R\$ 251.291,23 subvenções e R\$ 346.539,25 receitas de capital. Desse montante, foram empenhadas despesas no valor de R\$ 2.669.858,22, das quais foram liquidadas R\$ 2.450.015,14, valor esse equivalente a 84,21% do estimado na proposta orçamentária.

Execução Financeira

Em 2018, as despesas executadas pelo CRCTO totalizaram R\$ 2.450.015,14, sendo a maior parte direcionada ao atendimento do programa finalístico Suporte e Apoio a Atividades Fins.



Em 2018, as despesas executadas representam 97,07% do montante arrecado.

As despesas correntes representaram cerca de 76,20% da despesa total e apresentam uma média de gasto mensal de R\$ 204.167,93, sendo as de maior relevância descritas a seguir.

Pessoal, Encargos e Benefícios

- Remuneração de pessoal: 25,57%
- Encargos patronais: 7,77%
- Benefícios – programa de alimentação ao trabalhador, plano de saúde, plano odontológico 5,46%.

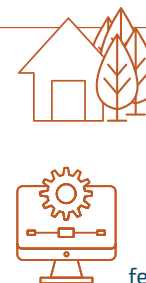
Uso de Bens e Serviços

- Os serviços se referem a contratações necessárias ao funcionamento do CRCTO: 16,57%.
- O material de consumo se refere aos bens adquiridos para almoxarifado e consumo nas atividades do órgão: 1,07%.

DESPESAS CORRENTES						
Grupos de Despesa	Empenhada R\$		Liquidada R\$		Valores Pagos R\$	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017
1. Despesas de Pessoal	950.863,46	888.027,15	950.863,46	888.027,15	950.862,76	878.263,39
Remuneração de Pessoal	626.506,33	586.015,55	626.503,33	586.015,55	626.502,63	586.015,55
Encargos Patronais	190.482,58	185.393,64	190.482,58	185.393,64	190.482,58	185.393,64
Benefícios a Pessoal	133.877,55	116.617,96	133.877,55	116.617,96	133.877,55	106.854,20
2. Uso de Bens e Serviços	442.277,36	556.339,85	442.277,36	556.339,85	423.665,38	543.442,72
Material de Consumo	36.417,53	45.840,06	36.417,53	45.840,06	35.998,94	45.376,92
Serviços	295.817,56	360.403,07	295.817,56	360.403,07	277.624,17	347.949,08
Diárias	69.637,00	101.455,00	69.637,00	101.455,00	69.637,00	101.455,00
Passagens	12.606,67	19.138,22	12.606,67	19.138,22	12.606,67	19.138,22
Demais elementos do grupo	27.798,60	29.503,50	27.798,60	29.503,50	27.798,60	29.503,50
3. Financeiras	47.525,57	41.962,88	47.525,57	41.962,88	47.525,57	41.962,88
Juros e Enc. s/ Empréstimos	25.301,82	22.589,13	25.301,82	22.589,13	25.301,82	22.589,13
Serviços Bancários	22.223,75	19.373,75	22.223,75	19.373,75	22.223,75	19.373,75
4. Outras Despesas Correntes	426.153,11	522.997,08	426.153,11	522.997,08	426.137,10	552.487,30
Subvenções	24.414,64	106.311,38	24.414,64	106.311,38	24.414,64	105.863,48
Tributárias	388.170,98	401.210,12	388.170,98	401.210,12	388.154,97	401.148,24
Demais elementos do grupo	13.567,49	15.475,58	13.567,49	15.475,58	13.567,49	15.475,58
DESPESAS CORRENTES	1.866.819,50	2.009.326,96	1.866.819,50	2.009.326,96	1.848.190,81	1.986.136,29
DESPESAS DE CAPITAL						
Grupos de Despesa	Empenhada R\$		Liquidada R\$		Valores Pagos R\$	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017
5. Investimentos	537.984,21	507.837,30	537.984,21	507.837,30	524.276,61	465.384,03
Obras, Instalações e Reforma	368.667,46	453.344,98	368.667,46	453.344,98	354.959,86	453.344,98
Equipam. Mat. Permanentes	169.316,75	54.492,32	169.316,75	54.492,32	169.316,75	3.039,05
6. Empréstimos Concedidos						
7. Amortização da Dívida	45.211,43	45.211,43	45.211,43	45.211,43	45.211,43	45.211,43
Amortiz. de Empréstimos	45.211,43	45.211,43	45.211,43	45.211,43	45.211,43	45.211,43
8. Outras Despesas de Capital						
DESPESAS DE CAPITAL	583.195,64	553.048,73	553.195,64	553.048,73	569.488,04	501.595,46
TOTAL GERAL	2.450.015,14	2.562.375,69	2.450.015,14	2.562.375,69	2.417.678,85	2.487.731,75

Fonte: Balanço Orçamento 31/12/2018 (Sistema de Contabilidade)

As despesas de capital dividem-se em: investimentos em imobilizado e intangível e empréstimos. Os itens de destaque nesse quesito foram:



R\$ 386.667,46
em obras e instalações

R\$ 169.316,75
em aquisição de equipamentos e materiais permanentes, visando a modernização das ferramentas tecnológicas e instalações do CRCTO

Contingenciamento de Despesa

O CRCTO cumpriu o princípio do equilíbrio ao não gastar mais do que arrecada, mantendo a despesa corrente menor que a receita corrente. Esse fato viabiliza a perenidade das atividades, além de garantir condições financeiras de realizar investimentos na entidade.

Medidas Mitigadoras

Durante o exercício, foram adotadas diversas medidas de contenção de gastos, exemplificadas a seguir:

- Revisão dos contratos de prestação de serviços;
- A priorização de despesas;
- A adoção de manutenção preventiva;

Desafios e ações futuras

- Manter o bom funcionamento da estrutura do CRCTO, mesmo com o cenário econômico instável;
- Desenvolver meios de atingir os resultados minimizando o consumo de recursos, principalmente em relação às ferramentas de tecnologia; Obter melhorias refletidas em todo o Sistema CFC/CRCs.
- Aprimorar os sistemas de informática disponíveis;
- Treinar a equipe de trabalho para a melhor utilização dos recursos disponíveis;
- Divulgar os resultados orçamentários e financeiros alcançados para tomada de decisão;
- Ser eficiente na aquisição de bens e serviços.

Gestão de Pessoas

Política de Gestão de Pessoas

A política de gestão de pessoas praticada pelo CRCTO é pautada nas diretrizes institucionais e desenvolvida por meio de uma série de ações específicas na área de recursos humanos, voltadas para valorização do seu corpo funcional. Tem como finalidade motivar e comprometer os funcionários com os resultados operacionais da unidade de trabalho e, consequentemente, com os objetivos estratégicos da organização.

A política fundamenta-se em questões como: desenvolvimento profissional, gestão participativa, remuneração, avaliação de desempenho, benefícios praticados no mercado, qualidade de vida e compromisso com a inclusão social.

Conformidade Legal

Para assegurar a conformidade da gestão de pessoal, o CRCTO observa o conjunto de regras e diretrizes estabelecidas pelo Governo Federal e órgãos de controle. Conforme a seguir:

- Constituição Federal;
- Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), DL n.º 5.452/1943, Lei n.º 13.467/2017;
- Lei n.º 6.019/1974
- Leis n.º 8.036/1990 e 8.212/1991;
- Resolução CRCTO nº 190/2010 que aprova o Plano de Carreira, Cargos e Salários (PCCS);

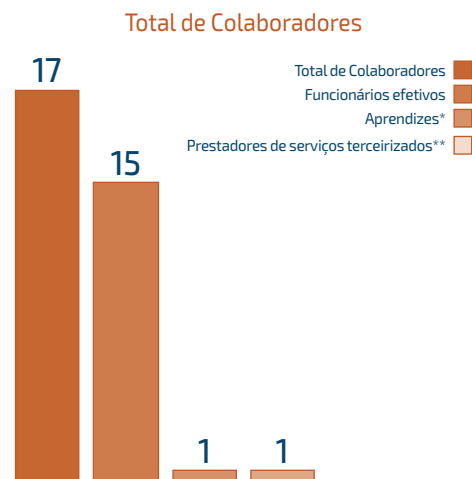
- Resolução 247/2015 que aprova o Regulamento Interno do CRCTO.

Indicadores de Conformidade

A avaliação da conformidade nos processos de Gestão de Pessoas do CRCTO é realizada por meio de indicadores, que permitem medir o grau de satisfação dos funcionários com relação à infraestrutura e ações desenvolvidas pelo Conselho em prol do corpo funcional. Além disso, o setor de recursos humanos, é responsável pela observância às normas e ao cumprimento dos seguintes tópicos:

- Acompanhamento diário de informativos que tratam das legislações trabalhistas;
- Acompanhamento e controle do registro e justificativa de ponto dos colaboradores;
- Acompanhamento de concessões, licenças e benefícios;
- Controle e acompanhamento da entrega relativa à acumulação ou não de cargos, função ou emprego em entidades federais, estaduais ou municipais, bem como autarquias, fundações, empresas públicas e sociedade de economia mista;

Avaliação da força de trabalho



* Os aprendizes fazem parte do quadro de funcionários efetivos do CRCTO.

** Serviço de limpeza terceirizado contratado pelo CRCTO.

Em dezembro/2018, a força de trabalho do CRCTO estava assim distribuída:

Faixa salarial		
Funcionários efetivos	Faixa salarial	Cargos Comissionados
4	Até R\$ 1.500,00	0
4	De R\$ 1.500,01 a R\$ 2.000,00	0
4	De R\$ 2.000,01 a R\$ 3.000,00	0
3	Acima de R\$ 3.000,01	0
15	Total	0

Representatividade por gênero		
♀		♂
8	Funcionários efetivos	7
-	Estagiários	1
8	Total	7

Representatividade por cargo e gênero		
♀		♂
3	Assistente Administrativo	2
3	Auxiliar Administrativo	2
1	Auxiliar de Serviços Gerais	-
-	Fiscal/Contador	1
-	Motorista	1
0	Técnico em Informática	1
1	Técnico em Contabilidade	0
8	Total	7

Representatividade por etnia

	Parda	Branca	Negra	Indígena
Funcionários efetivos	14	-	1	-
Aprendiz	1	-	-	-
Total	15	-	1	-

Representatividade por faixa etária

	Millennials Até 21 anos	Geração Y entre 22 e 36 anos	Geração X entre 37 e 51 anos	Baby boomers acima de 51 anos
Funcionários efetivos	-	8	6	1
Aprendiz	1	-	-	-
Total	1	8	6	1

Representatividade por área de trabalho

Área de Trabalho	Funcionários efetivos	Aprendiz
Diretoria Executiva	1	-
Vice-Presidência Administrativa	8	1
Vice-Presidência de Controle Interno	1	-
Vice-Presidência de Desenvolvimento Profissional	2	-
Vice-Presidência Fiscalização, Ética e Disciplina	2	-
Vice-Presidência Registro	1	-
Total	15	-

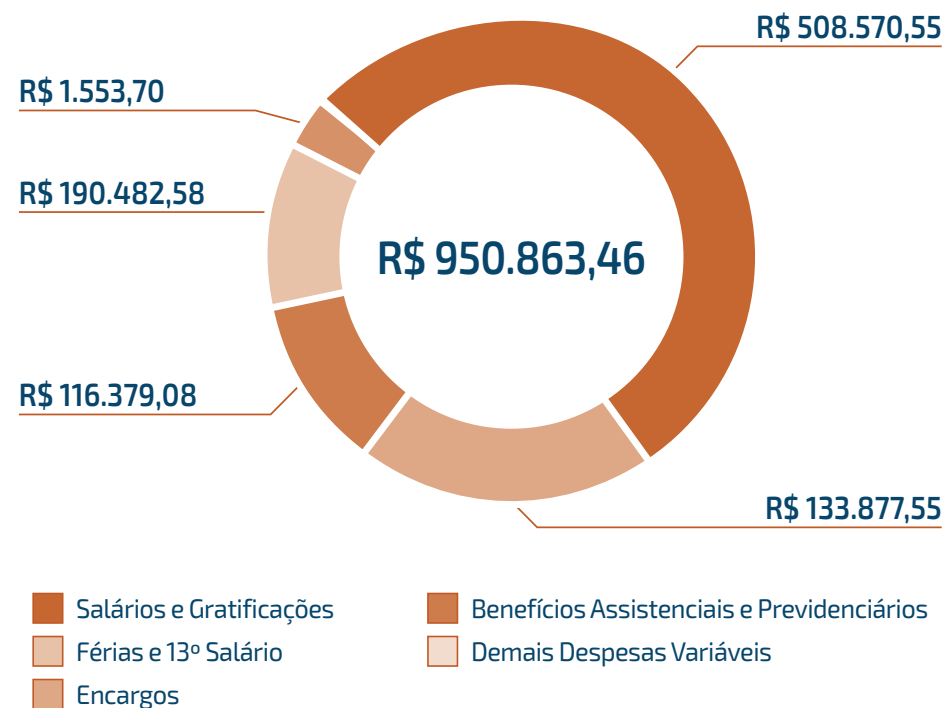
A admissão de empregados ao quadro do CRCTO é precedida de Concurso Público, que deve obedecer aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade, constantes no Art. 37 da Constituição Federal. Excetuam-se dessa disposição os empregos aqui definidos como de Provimento em Comissão, os quais são de livre contratação e extinção.

Os cargos são distribuídos em níveis Superior, Técnico, Médio e Fundamental, delineados a partir de atividades características de subsistemas e processos típicos do CRCTO, englobando grande número de funções afins, estruturados em classes, segundo a maturidade e as competências necessárias.

Estratégia de recrutamento e alocação de pessoas

Detalhamento da despesa de pessoal

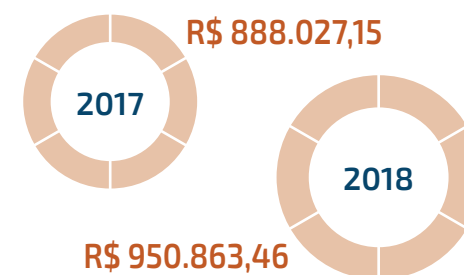
O montante gasto com despesas de pessoal no exercício de 2018 foi de R\$ 950.863,46, sendo distribuído da seguinte forma:



O gasto com pessoal teve um aumento de 7,08% em relação ao ano de 2017. Os fatores que levaram ao incremento desse gasto foram:

- O reajuste no vale alimentação de 5,8%, pago aos empregados do CRCTO, aprovado na Reunião Plenária do mês de setembro/2018, conforme portaria nº 059/2018;
- O reajuste salarial de 2% aprovado na Reunião Plenária do mês de setembro/2018, conforme portaria nº 060/2018;
- Contratação do plano odontológico para os servidores dentro do exercício de 2018.

Comparativo do gasto com pessoal



Avaliação de desempenho, remuneração e meritocracia

Avaliação de desempenho

- Avaliar desempenho implica a atribuição de juízo de valor sobre o conjunto de competências necessário ao bom exercício de determinado cargo. Consiste na identificação de informações válidas, precisas e sistemáticas acerca do quanto o desempenho do indivíduo está de acordo com o esperado para seu cargo. Em linhas gerais, a Avaliação de Desempenho é o processo de comparação entre o resultado efetivo e o resultado esperado de acordo com critérios e medidas preestabelecidas.
- As competências representam a combinação de conhecimentos, habilidades e atitudes aplicadas a uma determinada atividade ou função. De forma simplificada, seguem conceitos constitutivos da competência:
 - Conhecimento:** refere-se ao saber o que fazer.
 - Habilidade:** refere-se ao saber como fazer.
 - Atitude:** refere-se ao querer fazer.
- Avaliação de Desempenho objetiva promover a melhoria da qualificação dos serviços e subsidiar a política de gestão de pessoas, principalmente quanto à capacitação, ao desenvolvimento no cargo, à remuneração e à movimentação de pessoal.
- Deve ser utilizada como ferramenta de controle alinhando a ação dos empregados aos objetivos pretendidos pelo CRC-TO. O enfoque da Avaliação de Desempenho é garantir que o trabalho individual esteja em conformidade com o que a enti-

dade espera em termos de realização.

Progressão funcional

Plano de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS)

Aprovado pela Resolução CRCTO n.º 190/2010, estabelece uma política salarial que permite a ascensão profissional dos empregados de acordo com suas aptidões e desempenho e contribui para o desenvolvimento da política de recursos humanos. Com uma nova metodologia, mediante a utilização de múltiplas fontes e o estabelecimento de metas a serem atingidas, o PCCS pretende ser a resposta eficaz ao pleno emprego e à satisfação profissional do corpo funcional.

Progressão Funcional

Em janeiro de 2019 iniciará o processo de progressão funcional com a participação de todos os empregados ativos que não se encontram no topo do cargo, os quais serão submetidos à avaliação de desempenho. Esse processo é definido da seguinte forma:

- Progressão Horizontal por Merecimento:** decorre de forma sequencial, nível a nível, até atingir o limite do cargo em que está enquadrado. Ocorre de dois em dois anos, no mês de maio, mediante aprovação em Avaliação de Desempenho aplicada pelo CRCTO.
- Progressão Horizontal por Antiguidade:** decorre de forma sequencial, nível a nível, até atingir o limite do cargo em que está enquadrado. Ocorre a cada cinco anos, no mês de maio, caso o empregado não tenha progredido por merecimento nesse mesmo período.

Avaliação de desempenho – Contrato de experiência

A descrição funcional é especificada no Plano de cargos e salários (PCCS) do CRCTO, onde são identificados os requisitos e competência necessários à função. Como forma de avaliar tais requisitos e competências, é realizada a avaliação de desempenho dos funcionários em contrato de experiência.

Durante o período do contrato de experiência, os funcionários são avaliados quanto à sua aptidão e capacidade para desempenho do cargo, observando-se os seguintes critérios: assiduidade, disciplina, iniciativa, produtividade, responsabilidade e relacionamento interpessoal. As avaliações devem ser realizadas pelo gestor imediato do funcionário em até 60 dias após a admissão e, caso necessário, outra avaliação será realizada em até 30 dias, totalizando 90 dias da data de admissão.

Tabela de remuneração

Assistente Administrativo	R\$ 2.371,88
Auxiliar Administrativo	R\$ 1.320,75
Auxiliar de Serviços Gerais	R\$ 973,08
Fiscal/Contador	R\$ 2.371,88
Motorista	R\$ 1.320,75
Técnico em Contabilidade	R\$ 1.685,65
Técnico em Informática	R\$ 1.685,65

Cargos gerenciais ocupados por empregados efetivos

Os cargos gerenciais também foram aprovados pela Resolução CFC nº 190/2010, sendo distribuídos da seguinte forma: 100% dos cargos de direção, coordenadores, encarregados e fiscal são ocupados por empregados efetivos.

Qualidade de vida no trabalho

Foram realizadas algumas ações voltadas à qualidade de vida no trabalho, as quais contribuíram para a manutenção de um ambiente de trabalho harmônico e saudável, favorecendo o bem-estar e a produtividade da coletividade organizacional.

Tipo	Atividades Realizadas
Ginástica Laboral	48
Mini Palestras de prevenção à saúde e bem-estar	• Prevenção ao suicídio • Câncer de mama • Câncer de Próstata • Ergonomia

Segurança e Medicina no Trabalho

Visando proporcionar a qualidade e a segurança no trabalho dos seus colaboradores, o CRC-TO realiza regulamente os exames periódicos para prevenção e proteção da integridade dos seus colaboradores.

Exames realizados em 2018

Exame periódico	15
-----------------	----

Capacitação: estratégia e números

A capacitação dos funcionários acontece por meio de treinamentos internos, cursos ofertados pelo mercado ou por instituições públicas parceiras, oferecidos nas modalidades “presencial” e “a distância”.

Entre as capacitações realizadas podemos destacar Curso sobre Edição de Vídeo, Webinar sobre o Decreto 9.412, palestra sobre e-Social, Palestra sobre A evolução das Contas Anuais e o Relato Integrado e ainda treinamentos ofertados pelo CFC que atenderam diferentes áreas do Regional (Diretoria Executiva, Fiscalização, Licitações, Desenvolvimento Profissional).



Principais desafios e ações futuras

eSocial

Um dos principais desafios para a área de gestão de pessoas consiste na adequação das rotinas trabalhistas à nova metodologia do Governo para verificação do cumprimento das obrigações fiscais, previdenciárias e trabalhistas pelos órgãos públicos. Essa ferramenta é denominada Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (eSocial), que tem por objetivo padronizar a transmissão, validação, armazenamento e distribuição dessas informações.

Os órgãos públicos têm previsão para iniciar a utilização do eSocial em janeiro/2020. Neste sentido, o Conselho Regional de Contabilidade do Tocantins deverá criar/incentivar uma política de comunicação eficiente para que todos os fatos que interferem na folha de pagamento dos empregados/estagiários sejam registrados e enviados ao Governo dentro dos prazos estipulados.

Além disso, visando proporcionar a qualidade e a segurança no trabalho dos seus colaboradores, o CRCTO deverá adotar programas para prevenir acidentes no trabalho e proteger a integridade dos seus colaboradores, tais como:

Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO);

Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA);

Laudo Técnico das Condições Ambientais do Trabalho (LTCAT);

Análise Ergonômica do Trabalho (AET);

Gestão de Licitações e Contratos

Conformidade legal

Para assegurar a conformidade da gestão de Licitações e Contratos, o CRC observa o conjunto de normas e diretrizes estabelecidas pelo Governo Federal e órgãos de controle, conforme a seguir:

- Constituição Federal;
- Lei n.º 8.666/1993;
- Lei n.º 10.520/2002;
- Lei Complementar n.º 123/2006;
- Decretos Lei: n.º 3.555/2000; n.º 3.722/2001; n.º 5.450/2005; n.º 7.892/2013; e n.º 8.538/2015.
- Instruções normativas;

O Conselho conta com a atuação de sua Assessoria Jurídica, que garante a conformidade das contratações com as normas.

Detalhamento dos Gastos das Contratações por finalidade e especificação dos tipos de serviços contratados para o funcionamento administrativo

Modalidades (nº de processos)/ Finalidades	Despesas Finalísticas	Fortalecimento Institucional	Tecnologia da Informação	Funcionamento Administrativo	Total
Dispensas	0	2	5	38	42
Inexigibilidades	0	0	0	12	12
Pregões	0	0	1	5	6
Gasto por finalidade	R\$ 0,00	R\$ 6.384,15	R\$ 25.346,20	R\$ 467.554,92	R\$ 499.285,27

Contratos em 2018



Contratações mais relevantes

As contratações mais relevantes realizadas pelo CRCTO, em 2018, foram para atender aos programas de suporte e apoio às atividades fins:

CONSTRUÇÃO DO AUDITÓRIO	MOBILIÁRIO PARA O AUDITÓRIO
Construção parcial da obra de ampliação da sede do CRCTO (Auditório/Térreo). Valor: R\$ 344.969,86 Justificativa: Com a execução parcial (1º pavimento – Auditório/Térreo). As salas projetadas para o primeiro pavimento proporcionarão a promoção de cursos e demais eventos para os contadores registrados e para os usuários em geral.	Aquisição de mobiliário para o auditório do CRCTO Valor: R\$ 113.395,00. Justificativa: A aquisição de mobiliário projetado para o auditório do CRCTO, faz-se necessário a otimização do espaço físico com a instalação de móveis e equipamentos específicos que propiciem o adequado funcionamento, dentro das condições exigidas de conforto, segurança e higiene.

Contratações diretas: justificativas



Dentre as **12** inexigibilidades contratadas no exercício, destacam-se **04** processos de contratações de empresas especializadas nos serviços de: Vale transportes, Publicações Técnicas, Distribuição de Energia Elétrica e Postagem de Correspondência Institucional que movimentaram cerca de **R\$ R\$ 80.551,72**. Os **42** processos de dispensas de licitação em razão do valor totalizaram **R\$ 202.771,76**.

Contratações Diretas	Dispensas	Inexigibilidades
Funcionamento Administrativo	R\$ 191.882,65	89.662,25
Despesas Finalísticas	R\$ 0,00	-
Tecnologia da Informação	R\$ 25.346,20	-
Fortalecimento Institucional	R\$ 6.384,15	R\$ 0,00
Gasto por modalidade	R\$ 223.613,00	R\$ 89.662,25

Principais desafios e ações futuras

- Manter a equipe de contratações atualizada e capacitada;
- Elaborar plano Anual de Contratações.

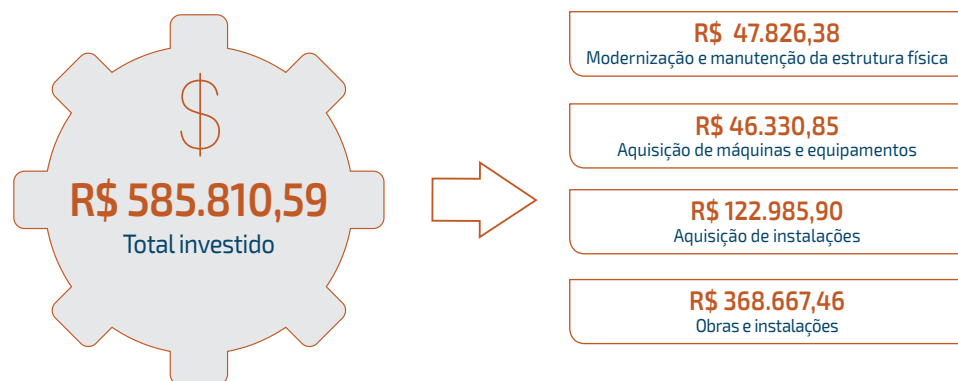
Gestão patrimonial e infraestrutura

Conformidade legal

O Conselho Regional de Contabilidade do Tocantins está alinhado, dentre outros, aos seguintes normativos quanto à sua gestão patrimonial:

- Artigos 37, 70 e 75 da Constituição Federal;
- Artigo 50, §3º da Lei Complementar 101/2000;
- Lei n.º 4.320/1964;
- Decreto-lei n.º 200/1967;
- Instrução Normativa n.º 205/1988;
- Lei Complementar n.º 101/2000;
- Lei n.º 8.429/1992;
- Resolução CFC n.º 1.543/2018;
- Resolução CRCTO n.º 273/2017, que aprova o Plano de Trabalho e o orçamento para o exercício financeiro de 2018.
- Decreto n.º 9.373/2018 e demais instrumentos legais que regem a gestão patrimonial na Administração Pública.
- Manual de Contabilidade do Sistema CFC/CRCs, aprovado pela Resolução CFC nº 1.161/2009.

Principais investimentos de capital (infraestrutura e equipamentos)



Quanto à modernização e manutenção da estrutura física, os contratos de serviços de limpeza, conservação e jardinagem e segurança predial e preventiva totalizam **R\$ 47.826,38**, representa de **8,16%** do total dos gastos na infraestrutura e aquisição de equipamentos do regional.

Os investimentos realizados estão relacionados ao Objetivo Estratégico de “Assegurar adequada infraestrutura e suporte logístico às necessidades dos CRCs”.

Resultados alcançados

Entre os resultados alcançados decorrentes dos investimentos realizados, pode-se destacar:



O aprimoramento da infraestrutura do Conselho decorrente da melhoria nos processos de manutenção;



Manutenção preventiva no sistema de climatização;



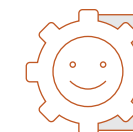
Modernização de equipamentos de informática



Melhoria na segurança do prédio com aquisição de porteiro eletrônico e cerca elétrica;



Ampliação da sede com a construção do auditório com capacidade para até 200 pessoas;



Aquisição do mobiliário e equipamentos para climatização do auditório.

Gestão da tecnologia da informação

Conformidade legal

Para assegurar a conformidade legal da gestão de tecnologia da informação (TI), o CRCTO, por meio do Setor de Informática observam e aplicam um conjunto de regras e diretrizes estabelecidas ou referenciadas pelo Governo Federal, órgãos de controle, Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão-MP e melhores práticas para a manutenção dos serviços de TI. Como exemplo, destacam-se a IN 4 - Instrução Normativa MP/SLTI n.º 4/2014, o Guia de Boas Práticas em Contratação de Soluções de Tecnologia da Informação do SISP e a Portaria n.º 40/2016 - Plano de Contratações de Soluções de Tecnologia da Informação e Comunicações do MP/STI.

Ademais, o CRCTO alinha-se às regras estabelecidas em seus normativos internos, como, por exemplo, o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) e a Portaria CRCTO n.º 027/2017 que constitui o Comitê de Tecnologia da Informação (CTI). Desse modo, evolui continuamente seus padrões e processos, principalmente em relação a governança, evolução de tecnologia, segurança da informação.

Modelo de Governança de TI

Definir e implantar processos de Governança em TI para o CRCTO.

Montante de recursos aplicados em TI

Exercício 2017

CLASSIFICAÇÃO CONTÁBIL	ORÇAMENTO	EMPENHADAS	REALIZADAS	% REALIZADO / ORÇAMENTO
SERVIÇOS	R\$ 43.041,24	R\$ 43.041,24	R\$ 39.181,00	91,03 %
INVESTIMENTOS	R\$ 15.000,00	R\$ 14.315,97	R\$ 14.315,97	95,43 %
TOTAL	R\$ 58.041,24	R\$ 57.340,40	R\$ 53.496,97	92,17 %

Exercício 2018

CLASSIFICAÇÃO CONTÁBIL	ORÇAMENTO	EMPENHADAS	REALIZADAS	% REALIZADO / ORÇAMENTO
SERVIÇOS	R\$ 43.391,24	R\$ 33.815,15	R\$ 29.811,49	68,70 %
INVESTIMENTOS	R\$ 5.900,00	R\$ 2.449,96	R\$ 2.449,96	41,52 %
TOTAL	R\$ 49.291,24	R\$ 36.265,11	R\$ 32.261,45	65,54 %

Contratações mais relevantes de recursos de TI



Serviços de cessão de uso e manutenção nos sistemas SPW
Empresa: SPW Informática Ltda
R\$ 20.841,24



Serviço internet
Empresa: OI
R\$ 3.660,00



Serviço de envio de email marketing (Newsletter)
Empresa: CRP Tecnologia
R\$ 3.240,00



R\$ 58.024,00
Orçamento total

Realizado: **92,17%**
Não-realizado: **7,83%**



R\$ 49.291,24
Orçamento total

Realizado: **65,54%**
Não-realizado: **34,46%**

Segurança da informação



Para garantir a disponibilidade e o acesso controlado às informações armazenadas com o uso da tecnologia da informação, adotam-se os seguintes procedimentos:

- Implantado em 2017, uma nova solução de Firewall pfSense para proteção e segurança das informações a fim de minimizar ameaças.

Projetos e iniciativas

Os principais projetos e iniciativas da área de tecnologia da informação em estratégia e gestão e suporte para beneficiar a Classe Contábil Tocantinense de acordo com as cadeias de valor são:

Cadeia de Valor	Principais iniciativas (Sistemas e projetos) na área de TI	Principais resultados (Benefícios e impactos)
Estratégia, Gestão e Suporte	- Utilização dos sistemas desenvolvidos pelo CFC; - Planejamento e gestão das necessidades de TI e elaboração de termo de referência para contratações e acompanhamento e formulação de respostas técnicas aos pedidos de esclarecimentos do processo de licitação; - Manutenção e suporte a toda infraestrutura de rede de TI; - Planejamento e gestão de contratos de Sistemas de Informação e atividades correlatas. - Criação, formatação e envio de e-mails marketing;	Sistema Cadastral - Cadastrar e controlar os dados dos cadastros (registro) de Pessoa Física (Profissional), Pessoa Jurídica (empresa), individual, pessoa física sem registro e pessoa jurídica sem registro. Sistema Financeiro - Controlar débitos e pagamentos dos cadastros (registro) de Pessoa Física (Profissional), Pessoa Jurídica (empresa), individual, pessoa física sem registro e pessoa jurídica sem registro. Sistema de Bens Patrimoniais - Cadastrar e controlar os Bens patrimoniais por situação, localização, controle de seguros, garantia e vida útil. Sistema de Plano de Trabalho - Cadastrar e controlar todos os projetos realizados pelo Conselho. Sistema de Estoque - Cadastro das entradas de saídas de materiais de uso contínuo / Exportação para Contabilidade. Sistema de Diárias e Passagens - Cadastrar, solicitar, autorizar e pagar as diárias e as passagens solicitadas.
	- Manutenção e Gestão de Banco de Dados; - Prestar atendimento em primeiro nível com suporte ao usuário final e clientes externos; - Executar o processo de abertura de incidentes; - Prestar assistência e suporte aos usuários nos aspectos de hardware e software; - Auxiliar na configuração de TI.	Sistema de Dívida Ativa - Controlar a inscrição e andamento de débitos vencidos da dívida ativa. Sistema de Eventos Web - Cadastrar e controlar as inscrições nos cursos realizados pelo Conselho; Sistema de Fiscalização - Cadastrar e controlar as visitas e documentos emitidos pela fiscalização, bem como o cadastramento e controle dos processos gerados. Sistema de Processo e Protocolo - Cadastrar e controlar os processos e protocolos do Conselho e seus andamentos. Sistema de Contabilidade - Controlar o movimento contábil do conselho.

Principais desafios e ações futuras



Saída e ausência de reposição de colaboradores na área de TI expondo o Conselho a uma série de riscos, entre eles:

- Alongamento do prazo na execução de projetos;
- Limitação na possibilidade de automatização de processos internos;
- Perda do conhecimento técnico sobre os sistemas existentes.

Condicionamento tecnológico em relação a fornecedores e prestadores de serviço, que pode ocasionar:

- Descontinuidade de serviço;
- Necessidade de contratação de novos equipamentos e procedimentos de migração.

Acompanhar a rápida evolução das tecnologias, que implica em:

- Investir em novas capacitações, cursos e aprimoramento dos colaboradores de TI;
- Adquirir novos equipamentos com tecnologias avançadas.

Garantir a segurança de dados e redes, sendo necessárias as seguintes medidas:

- Manter a equipe treinada, os processos confiáveis e preestabelecidos;
- Executar ações mais rápidas e eficientes caso algum risco seja identificado.

Trabalhar as principais fraquezas e principais riscos detectados na Gestão de TI, que implica nas seguintes ações:

- Distribuir e definir os papéis e responsabilidades;
- Dispor de recursos para o pleno atendimento das demandas solicitadas pelas áreas do CRCTO;
- Colaborar e interagir com os Conselhos Regionais;
- Substituir sistemas legados e obsoletos;
- Acompanhar e fiscalizar os contratos de TI;
- Aplicar as Políticas Unificadas de Tecnologia da Informação.
- Investir em segurança para minimizar ataques aos sistemas.

Gestão de Custos

Gestão de Custos - Apesar do CRCTO não realizar a distribuição dos custos indiretos por centros de custos, o Conselho utiliza sistema informatizado para controle dos custos diretos realizados por projeto, no módulo do Sistema do Plano de Trabalho, cujas informações são geradas a partir dos registros contábeis. Por meio desse sistema é possível emitir relatórios com o propósito de gerenciar os gastos por objetivo estratégico, programa, área e projeto, sendo, portanto, uma importante ferramenta de apoio à tomada de decisão pelo gestor.

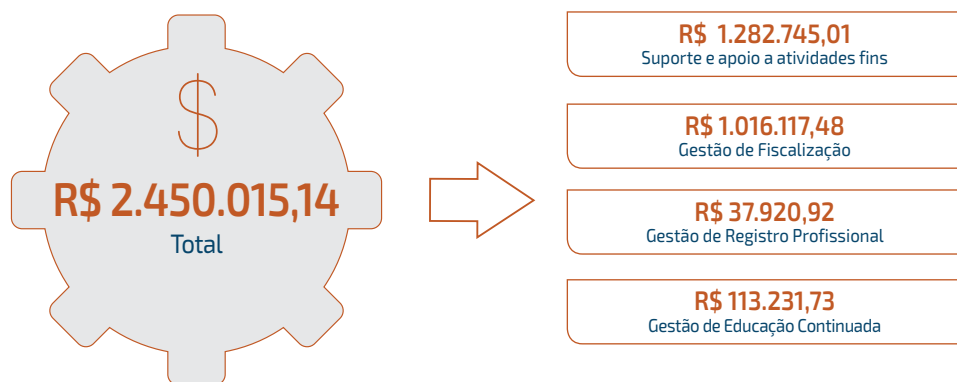
Conformidade legal

- Artigo 50, §3º da Lei Complementar 101/2000;
- Resolução CRCTO nº 273, de 31 de outubro de 2017, que aprovou o Plano de Trabalho e o Orçamento para o exercício financeiro de 2018;
- Resolução CFC n.º 1.161/2009, que aprovou o Manual de Contabilidade do Sistema CFC/CRCs;
- Resolução CFC n.º 1.473/2014, que aprovou o Planejamento Estratégico do Sistema CFC/CRCs;
- Manual do Plano de Trabalho.

Estimativa de Custos por Programa e Objetivo Estratégico

Em 2018 o CRCTO aprovou 33 projetos em seu plano de trabalho, alinhados e vinculados a 13 diretrizes estratégicas para atender às necessidades dos 4 programas com designio no atingimento das atividades fins do Conselho.

Valores por programa



Valores por Objetivos Estratégicos

Objetivos Estratégicos	Executado
Fortalecer a participação socio-político-institucional junto às instituições públicas, privadas, sociedade civil e entidades representativas.	R\$ 11.869,70
Elevar a percepção do valor da profissão contábil perante a sociedade	R\$ 7.284,15
Atuar como fator de proteção da sociedade	R\$ 42.439,00
Garantir a sustentabilidade orçamentária e financeira do sistema CFC/CRCs	R\$ 419.321,02
Aperfeiçoar, ampliar e difundir ações de educação continuada, registro e fiscalização como fator de proteção da sociedade.	R\$ 24.213,63
Elaborar, acompanhar e aperfeiçoar normas de interesse do sistema CFC/CRCs, da profissão e da ciência contábil.	R\$ 618,00
Inovar, integrar e otimizar a gestão do sistema CFC/CRCs.	R\$ 28.227,84
Ampliar e integrar o uso da tecnologia da informação no sistema CFC/CRCs.	R\$ 9.733,91
Atrair e reter talentos	R\$ 965.641,38
Influenciar na formação das competências e das habilidades do profissional e fomentar programas de educação continuada e fortalecer conhecimentos técnicos e habilidades pessoais dos conselheiros e funcionários do CFC/CRCs.	R\$ 60.805,06
Assegurar adequada infraestrutura e suporte logístico às necessidades dos CRCs.	R\$ 879.861,45
Total	R\$ 2.450.015,14

Principais desafios e ações futuras

Parametrizar os sistemas informatizados "Plano de Trabalho" e de "Contabilidade" para possibilitar a alocação de despesas por Centro de Custos;

Capacitar os colaboradores para implementação e utilização das ferramentas de gestão de custos.



Demonstrações Contábeis

Declaração da Contadora Geral do CRCTO

Antônia Célia Pires de Sousa Lopes

O Departamento de Contabilidade – DECONT, compõe a estrutura da Coordenadoria Administrativa – COAD, do Conselho Regional de Contabilidade do Tocantins, e exerce a competência de órgão setorial de contabilidade do CRCTO.

O escopo desta declaração leva em conta as demonstrações contábeis do Conselho Regional de Contabilidade.

As demonstrações contábeis do CRCTO foram elaboradas em observância a Lei n.º 4.320/1964, às Normas Brasileiras de Contabilidade Técnica Aplicada ao Setor Público (NBC TSP 16); ao Manual de Contabilidade do Sistema CFC/CRCs aprovado pela Resolução CFC n.º 1.161/2009; ao Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e à INT/VPCI/ CFC n.º 020/2018 da Câmara de Controle Interno do CFC, conforme orientações da Instrução Normativa TCU n.º 63/10 de 01/09/2010, da DN-TCU n.º 170/2018, de 19/09/2018 e da Portaria TCU 369, de 17/12/2018, além de outros normativos do Sistema CFC/CRCs.

As demonstrações apresentadas são: Balanço Patrimonial – evidencia os ativos e passivos do CRCTO; Balanço Orçamentário – traz a informação do orçamento aprovado em confronto com sua execução; Balanço Financeiro e a Demonstração do Fluxo de Caixa – visam demonstrar o fluxo financeiro no período, ou seja, as entradas de recursos em confronto com as saídas; Demonstração das Variações Patrimoniais – neste demonstrativo é apurado o resultado patrimonial do período, no confronto entre as variações patrimoniais aumentati-

vas (receitas) com as variações patrimoniais diminutivas (despesas); e a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) - tem a finalidade de divulgar as variações do patrimônio líquido, bem como, sua evolução no período.

A conformidade contábil das Demonstrações Contábeis e dos atos da Gestão é realizada pela Câmara de Controle Interno, de acordo com as letras "a ao i" do parágrafo 3º do artigo 13 da Resolução CFC n.º 116, de 15 de dezembro de 2006, que aprova o Regimento do Conselho Regional de Contabilidade do Tocantins e dá outras providências, alinhado aos procedimentos descritos nos Manuais de Auditoria e de Contabilidade do Sistema CFC/CRCs.

Este é um processo que visa assegurar a integridade, fidedignidade e a confiabilidade das informações apresentadas nas demonstrações, extraídas do Sistema Informatizado de Contabilidade e demais sistemas gerenciais, que são utilizados pelos Conselhos de Contabilidade, onde são registrados os atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial.

Avanços

Com a emissão das normas, o CRCTO precisou reestruturar suas prioridades e estabelecer metas para implementação do novo modelo, mesmo diante de uma conjuntura repleta de desafios. Com essa missão em foco, o Sistema CFC/CRC apresentou avanços substanciais na qualidade das informações contábeis, dentre elas destacamos as seguintes pautas:

- Adoção do princípio da competência para receitas e despesas com reflexo nas Variações Patrimoniais;
- Registro da depreciação de itens do Ativo Imobilizado;
- Registro do Ativo Intangível e respectiva amortização de seus itens;
- Reconhecimento, mensuração e evidenciação das Variações Patrimoniais Ativas e Passivas decorrentes de créditos e ajuste para perdas;
- Registro contábil por meio de eventos;
- Controle orçamentário por meio de empenhos;
- Reconhecimento de passivos contingentes e demais obrigações, a exemplo de provisões trabalhistas e cíveis;
- Controle dos contratos nas contas de compensação, designados como atos potenciais ativos e passivos.

Desafios:

Primando pela aplicação das boas técnicas e na busca pela qualidade das nossas informações, temos ainda desafios a serem superados. A ausência de parametrização no sistema informatizado, em decorrência da complexidade, diversidade e amplitude de implantação de processos, provocou a elaboração de alguns relatórios em planilhas eletrônicas, a partir de dados extraídos do Sistema de Contabilidade, conforme destacamos a seguir:

- Demonstração do Fluxo de Caixa – O demonstrativo foi elaborado pelo método direto, com base em dados extraídos do balanço orçamentário e financeiro, segregando-se as atividades de operação, de

investimentos e de financiamento.

- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - Elaborada a partir de dados extraídos do Balanço Patrimonial e da Demonstração das Variações Patrimoniais.
- Gestão de Custos – Atualmente é adotado sistema informatizado para controle dos custos diretos por projeto/programa, no módulo Plano de Trabalho, cujas informações são geradas a partir dos registros contábeis. Com base nessas informações, o Conselho tem desenvolvido relatórios internos com o propósito de fomentar a gestão de custos e a avaliação da qualidade do gasto no exercício, sendo uma importante ferramenta de apoio à tomada de decisão dos gestores. Está em fase de estudo, a definição da metodologia para a alocação dos custos indiretos aos centros de custos.

Declaração:

Considerando que os normativos trazem orientações quanto aos procedimentos para a elaboração e apresentação do Relatório de Gestão e do processo de Prestação de Contas, considerando ainda que a documentação apresentada para registro está alinhada aos procedimentos internos de controles, declaro que os demonstrativos contábeis (Balanços Patrimonial, Financeiro e Orçamentário, Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e das Mutações do Patrimônio Líquido) refletem os seus aspectos mais relevantes, quanto à situação orçamentária, financeira e patrimonial do Conselho Regional de Contabilidade do Tocantins.



Declaração:

Considerando que os normativos trazem orientações quanto aos procedimentos para a elaboração e apresentação do Relatório de Gestão e do processo de Prestação de Contas, considerando ainda que a documentação apresentada para registro está alinhada aos procedimentos internos de controles, declaro que os demonstrativos contábeis (Balanços Patrimonial, Financeiro e Orçamentário, Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e das Mutações do Patrimônio Líquido) refletem os seus aspectos mais

Antônia Célia Pires de Sousa Lopes
CRC nº 000765/0-5
Encarregada do Setor de Contabilidade do CRCTO

Balço Patrimonial - BP

BALÇO PATRIMONIAL
em 31 de dezembro de 2018

R\$ Mil

O Balço Patrimonial - BP evidencia a situação patrimonial do Conselho em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 e demonstra a posição estática dos ativos e passivos no final do exercício, possibilitando ao usuário da informação conhecer, qualitativa e quantitativamente, a composição dos bens e direitos (ativos), das obrigações (passivos) e dos resultados acumulados da gestão patrimonial ao longo de vários exercícios (patrimônio líquido). Além disso, a fim de atender à Lei n.º 4.320/1964, apresentam-se no BP os valores dos grupos: ativo financeiro, ativo permanente, passivo financeiro, passivo permanente e saldo patrimonial. Cabe ressaltar que a diferença entre os montantes de ativo financeiro e passivo financeiro resulta no valor do superávit financeiro. O BP exibe também os atos potenciais ativos e passivos.

O Resultado financeiro é representado pela diferença entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, apurado em conformidade com a Lei n.º 4.320/64, alinhado as orientações do Controle Interno do CFC. No exercício de 2018 foi apurado um superávit financeiro no valor de R\$ 711.689,30.

QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO

DESCRIÇÃO	NE	2018	2017
ATOS POTENCIAIS ATIVOS	15	0	317.612,90
Empréstimos Obtidos		0	56.049,34
Empréstimos Obtidos		0	56.049,34
Outros Atos Potenciais Ativos		0	261.563,56

DESCRIÇÃO	NE	2018	2017
ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	15	269,59	269,59
Obrigações em Comodatos a Executar		269,59	269,59
Obrigações em Comodatos a Executar		269,59	269,59
Outros Atos Potenciais Passivos		0	0

ATIVO	NE	2018	2017	PASSIVO	NE	2018	2017
ATIVO CIRCULANTE		1.222.450,08	1.024.157,48	PASSIVO CIRCULANTE		323.349,88	349.378,35
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	01	726.424,32	683.927,97	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS	08	0,70	0,00
Caixa e Equivalentes de Caixa		726.424,32	683.927,97	Pessoal a Pagar		0,70	0,00
CRÉDITOS DE CURTO PRAZO	02	304.808,37	320.579,75	OBRIGAÇÕES DE CURTO PRAZO	09	32.580,62	80.303,12
Créditos do exercício		427.555,36	424.099,69	Obrigações Fiscais de Curto Prazo		1.004,13	9.141,61
Créditos do exercício anteriores		21.450,52	17.021,73	Depósitos Consignáveis		0,00	15,00
Parcelamento de débitos		259.850,80	287.468,91	Fornecedores		31.576,49	71.146,51
(-) Perda estim. c./créd. de liquid. duvidosa		-404.048,31	-408.010,58	DEMAIS OBRIGAÇÕES DE CURTO PRAZO	10	6.083,80	6.730,42
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES DE CURTO PRAZO	03	167.441,03	5.374,08	Contas a pagar		1.339,81	3.435,55
Adiantamentos Concedidos a Pessoal e a Terceiros		0,00	2.112,32	Transferências Legais		16,01	61,88
Adiantamento a pessoal		0,00	2.112,32	Outras obrigações		4.727,98	3.232,99
Créditos por danos ao patrimônio		2.280,18	3.261,76	PROVISÕES DE CURTO PRAZO	11	2212.589,11	194.544,25
Créditos entre Conselhos		165.160,85	0,00	Provisões Trabalhistas		72.615,61	57.368,76
ESTOQUES	04	22.576,03	13.110,03	Provisão de cota parte		139.973,50	137.175,49
Almoxarifado		22.576,03	13.110,03				
VAR. DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	05	1.200,33	1.165,65	EMPRÉSTIMOS DE CURTO PRAZO	12	72.095,65	67.800,56
Var. Diminutivas pagas Antecipadamente		1.200,33	1.165,65	Empréstimos obtidos		72.095,65	67.800,56
ATIVO NÃO-CIRCULANTE		4.443.442,86	3.951.029,77	PASSIVO NÃO-CIRCULANTE		407.628,19	401.793,77
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	06	395.059,13	365.297,71	EMPRÉSTIMOS DE LONGO PRAZO	13	407.628,19	401.793,77
Parcelamentos de débitos		689.769,83	553.121,63	Empréstimos obtidos		407.628,19	401.793,77
Créditos de exercícios não executados		504.767,94	1.152.473,46				
Dívida ativa executada		1844.378,58	903.674,26				
(-) Perda estim. c./créd. de liquid. duvidosa			-2.243.971,64				
INVESTIMENTOS, IMOBILIZADO E INTANGÍVEL	07	4.048.383,73	3.585.732,06				
Imobilizado		4.044.811,63	3.585.732,06	TOTAL DO PASSIVO		730.977,37	751.172,12
Bens móveis		542.733,40	408.578,49				
Bens imóveis		3.791.588,65	3.425.301,19				
(-) Depreciação Acumulada		-289.510,42	-248.147,62	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	14	4.934.914,87	4.224.015,13
Intangível		3.572,10	0,00	Patrimônio Social		4.934.914,87	4.224.015,13
Intangível (-) Amortização Acumulada		895.065,68 4.770.827,26	690.467,70 4.284.719,55				
TOTAL DO ATIVO		5.665.892,94	4.975.187,25	TOTAL DO PASSIVO + PATRIMÔNIO LÍQUIDO		5.665.892,94	177.447
ATIVO FINANCEIRO		895.065,68	690.467,70	PASSIVO FINANCEIRO		183.376,38	212.202,86
ATIVO PERMANENTE		4.770.827,26	4.284.719,55	PASSIVO PERMANENTE		547.601,69	538.969,26
SALDO PATRIMONIAL						4.934.914,87	4.224.015,13

Demonstração das Variações Patrimoniais - DVP

A DVP evidencia as alterações ocorridas no patrimônio do Conselho durante o exercício financeiro. Essa demonstração apura o resultado patrimonial, que pode ser positivo ou negativo, dependendo do resultado líquido entre as variações aumentativas e diminutivas. O valor apurado compõe o patrimônio líquido demonstrado no BP.

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS

R\$ Mil

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	2018	2017	VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	2018	2017
Contribuições	1.953.921,63	2.060.609,41	Pessoal e encargos	950.978,58	885.085,31
Exploração de bens e serviços	47.764,93	72.223,93	Uso de bens e serviços	491.896,75	590.582,74
Finanças	557.419,68	452.084,99	Finanças	54.201,21	49.289,08
Transferências	703.425,59	1.148.971,56	Finanças	22.475,00	105.945,74
Outras variações patrimoniais aumentativas	211.785,30		Tributárias e contributivas	383.555,79	431.972,03
			Desvalorização e perda de ativos	773.812,85	1.500.931,97
				58.476,48	70.256,99
TOTAL	3.474.316,47	4.221.162,38		2.735.396,66	3.634.063,86
RESULTADO DO EXERCÍCIO				738.919,81	587.098,52

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS

R\$ Mil

DESCRIÇÃO	2018	2017
INCORPORAÇÃO DE ATIVOS	537.984,21	507.837,30
Investimentos	537.984,21	507.837,30
DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS	0,00	19.100,00
Alienações de Bens	0,00	19.100,00
INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	59.565,74	53.296,61
Operações de crédito internas	59.565,74	53.296,61
DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	45.211,43	45.211,43
Amortizações de empréstimos	45.211,43	45.211,43

Resultado Patrimonial

O resultado patrimonial representa o superávit apurado com base no regime de competência da Variação Patrimonial Diminutiva e da Variação Patrimonial Aumentativa, escrituradas no subsistema patrimonial.

R\$ mil

Resultado Patrimonial	2018	2017
Variações Patrimoniais Aumentativas	3.474.316,47	4.221.162,38
(-) Variações Patrimoniais Diminutivas	2.735.396,66	3.634.063,86
Superávit	738.919,81	587.098,52

Balanço Orçamentário - BO

O BO demonstra as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas e reflete as mudanças do orçamento anual devido à elaboração de créditos adicionais. A diferença entre o total de receitas arrecadadas e o de despesas empenhadas gera o resultado orçamentário, o qual pode ser positivo – superávit orçamentário – ou negativo – déficit orçamentário. O resultado orçamentário evidencia a sobra ou a falta dos recursos arrecadados para cobertura das despesas empenhadas.

Receitas orçamentárias

R\$ Mil

Receita Orçamentária	Previsão Inicial	Previsão Atualizada	Receita Realizada	Saldo
RECEITAS CORRENTES	2.325.960,00	2.325.960,00	2.177.494,90	148.465,10
Contribuições	1.797.684,32	1.797.684,32	1.623.474,78	174.209,54
Exploração de bens e serviços	80.186,72	80.186,72	17.028,62	63.158,10
Finanças	190.730,21	190.730,21	223.380,17	-32.649,96
Transferências	163.269,00	163.269,00	251.291,23	-88.022,23
Outras receitas correntes	94.089,75	94.089,75	62.310,10	31.769,65
RECEITAS DE CAPITAL		464.296,24	346.539,25	117.729,99
Operações de créditos internos		0,00	59.565,74	-59.565,74
Transferências de Capital		464.269,24	286.973,51	177.295,73
SUBTOTAL	2.325.960,00	2.790.229,24	2.524.034,15	266.195,09
DÉFICIT	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS	2.325.960,00	2.790.229,24	2.524.034,15	266.195,09
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES - SUPERÁVIT FINANCEIRO		119.237,58		

Despesa orçamentária

R\$ Mil

Despesas Orçamentárias	Dotação Inicial	Créditos Adicionais	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas
DESPESAS CORRENTES	2.193.898,57	6.081,84	2.199.980,41	1.866.819,50	1.866.819,50	1.848.190,81
Pessoal e encargos	825.437,84	7.200,00	832.637,84	816.985,91	816.985,91	816.985,21
Benefícios assistenciais	129.740,00	7.950,00	137.690,00	133.877,55	133.877,55	133.877,55
Uso de bens e serviços	678.885,56	-11.694,16	667.191,40	442.277,36	442.277,36	423.665,38
Financeiras	51.601,82	800,00	52.401,82	47.525,57	47.525,57	47.525,57
Transferências correntes	55.057,35	-3.000,00	52.057,35	24.414,64	24.414,64	24.414,64
Tributárias e contributivas	415.176,00	7.000,00	422.176,00	388.170,98	388.170,98	388.154,97
Outras despesas correntes	38.000,00	-2.174,00	35.826,00	13.567,49	13.567,49	13.567,49
DESPESAS DE CAPITAL	132.061,43	577.424,98	709.486,41	583.195,64	583.195,64	569.488,04
Investimentos	86.850,00	577.424,98	664.274,98	537.984,21	537.984,21	524.276,61
Amortização de empréstimos	45.211,43		45.211,43	45.211,43	45.211,43	45.211,43
SUBTOTAL	2.325.960,00	583.506,82	2.909.466,82	2.450.015,14	2.450.015,14	2.417.678,85
SUPERÁVIT	0,00		0,00	74.019,01	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS	2.325.960,00	583.506,82	2.909.466,82	2.450.015,14	2.450.015,14	2.417.678,85

Restos a pagar

São despesas empenhadas, liquidadas e não pagas até o dia 31 de dezembro, referem-se a obrigações fiscais, fornecedores, créditos de terceiros e transferências legais incorridos no próprio exercício, conforme dispõe o art. 36 da Lei nº 4.320/64.

Destacamos que o Manual de Contabilidade do Sistema CFC/CRCs, aprovado pela Res. CFC nº 1.161/09, não previu em seu plano de contas os restos a pagar não processados cuja metodologia atualizada está em análise pela Comissão de Revisão do Manual, de acordo com o Conselho Federal de Contabilidade.

Restos a pagar

R\$ Mil

Restos a Pagar Processados	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro do Exercício Anterior			
DESPESAS CORRENTES + CAPITAL	74.643,94	32.336,29	74.047,22	0,00	32.933,01

Resultado Orçamentário

O orçamento do CRCTO para o exercício de 2018 foi aprovado por meio da Resolução nº 273/2017, publicada no Diário Oficial do Estado do Tocantins de 02 de março de 2018 no valor de R\$ 2.325.960,00 e alterações de acordo com os créditos adicionais aprovados. No Balanço Orçamentário estão contabilizados os valores das receitas arrecadadas e as despesas empenhadas e sendo o resultado orçamentário apurado pela diferença entre as receitas arrecadadas e as despesas empenhadas e liquidadas no exercício.

Deve-se observar que as despesas com férias e encargos são empenhadas e liquidadas no sistema de informações orçamentárias no momento de aquisição do direito do funcionário, ou seja, a cada 1/12 avos trabalhados, contabiliza-se a liquidação da despesa (e a obrigação no sistema de informação patrimonial). Dessa forma, os valores que constam registrados em despesas liquidadas não podem ser interpretados como saídas totais de recursos financeiros.

O resultado orçamentário foi extraído com base no subsistema orçamentário e apresentou um superávit orçamentário de R\$ 74.019,01.

Resultado Orçamentário CRCTO

R\$ Mil

Títulos	2018	2017
Resultado Orçamentário	74.019,01	78.714,97
Receitas Arrecadadas	2.524.034,15	2.641.090,66
Despesas Empenhadas	2.450.015,14	2.562.375,69

Fonte: Balanço Orçamentário de 2018.

Balanço Financeiro - BF

O BF apresenta os ingressos e os dispêndios, evidenciando a receita e a despesa orçamentárias, os recebimentos e os pagamentos de natureza extraorçamentária, conjugados com os saldos financeiros advindos do exercício anterior. Dessa movimentação financeira, resulta um saldo financeiro, que é transferido para o exercício seguinte.

		R\$ Mil			
INGRESSOS		2018	2017	DISPÊNDIOS	
		2018	2017		
RECEITA ORÇAMENTÁRIA		2.524.034,15	2.641.090,66	DESPESA ORÇAMENTÁRIA	
Receitas Correntes		2.177.494,90	2.281.216,48	Despesas Correntes	
Receitas de Capital		346.539,25	359.874,18	Despesas de Capital	
RECEBIMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS		2.633.895,59	2.754.526,89	PAGAMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS	
Adiantamentos concedidos a pessoal		110.605,05	112.148,72	Adiantamentos concedidos a pessoal	
Adiantamentos a terceiros		0,00	215,76	Adiantamentos a terceiros	
Tributos e contribuições a recuperar		1.437,34	1.649,12	Tributos e contribuições a recuperar	
Créditos por danos ao patrimônio		4.140,63	480,37	Créditos por danos ao patrimônio	
Créditos e valores a receber		0,00	0,00	Pessoal a Pagar	
Pessoal a Pagar		510.831,98	475.805,05	Encargos Sociais a pagar	
Encargos sociais a pagar		155.839,37	151.142,93	Obrigações de Curto Prazo	
Obrigações de Curto Prazo		847.052,02	871.885,13	Contas a Pagar	
Contas a Pagar		482.370,16	612.028,48	Transferências Legais	
Transferências Legais		370.567,97	387.229,84	Instituições financeiras	
Instituições financeiras		131,35	0,00	Provisões Trabalhistas	
Provisões Trabalhistas		150.919,72	141.871,49		
DISPONÍVEL DO EXERCÍCIO ANTERIOR		683.927,97	561.013,93	DISPONÍVEL PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	
TOTAL		5.841.857,71	5.956.631,48	TOTAL	

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

		R\$ Bilhões	
DESCRIÇÃO		Patrimônio líquido	
		2018	2017
Saldo Inicial do Exercício		4.224.015,13	3.636.916,61
Ajustes de Exercício Anterior		-28.020,07	0,00
Resultado do Exercício		738.919,81	587.098,52
Saldo Final do Exercício		4.934.914,87	4.224.015,13

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de Dezembro de 2018

Contexto Operacional

O Conselho de Contabilidade do Estado do Tocantins (CRCTO) é uma Autarquia Especial Corporativa, dotada de personalidade jurídica de direito público. Sua estrutura, organização e funcionamento são estabelecidos pelo Decreto-Lei nº 9.295/1946 e pela Resolução CFC nº 1.370/2011, e alterações posteriores, que aprova o Regulamento Geral dos Conselhos de Contabilidade.

O domicílio e sede está localizado na Avenida Teotônio, Quadra 601 Sul, Conjunto 01, Lote nº 19, Plano Diretor Sul, CEP – 77.016-330 – Palmas-TO, criado pelo Decreto-Lei N.º 9.295/46, alterado pela Lei n.º 12.249/10 e seu Regimento Interno aprovado pela Resolução CRCTO nº 116/2006.

Os Conselhos de Contabilidade, por delegação, prestam serviços públicos e tem por finalidade, dentre outras, registrar os profissionais e as organizações contábeis para atuarem no mercado, orientar, normatizar e fiscalizar o exercício da profissão contábil, regular acerca dos princípios contábeis, do Exame de Suficiência, do cadastro de qualificação técnica e dos programas de educação continuada, bem como editar Normas Brasileiras de Contabilidade de natureza técnica e profissional.

Base da Preparação e Elaboração das Demonstrações Contábeis

As Demonstrações Contábeis que compõem o processo de Prestação de Contas do exercício de 2018 são: o Balanço Patrimonial (BP), a Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP), o Balanço Financeiro (BF), o Balanço Orçamentário (BO), o Demonstrativo de Execução de Restos a Pagar Processados (RPP), o Demonstrativo do Fluxo de Caixa (DFC), Demonstrativo das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) e as Notas Explicativas (NE).

As notas explicativas fazem parte das demonstrações contábeis e tem por função evidenciar os critérios utilizados na elaboração dos demonstrativos, especialmente quanto às informações de natureza patrimonial, orçamentária, financeira e de desempenho, bem como, apresentar informações relevantes que são complementares ou suplementares àquelas não suficientemente evidenciadas nos demonstrativos contábeis.

Uso de Estimativa e Premissas Contábeis Significativas

Na preparação das demonstrações financeiras, o CRC fez uso de estimativas que afetam diretamente o valor de avaliação dos ativos e passivos constantes nas demonstrações. As principais estimativas e premissas estão a seguir relacionadas:

a) Perdas Estimadas de Créditos – A provisão para perda de créditos foi instituída por meio da Instrução de Trabalho VPCI n.º 085/2012, a qual disponibiliza orientações para a adoção dos procedimentos contábeis relativos ao reconhecimento da perda estimada dos créditos de liquidação duvidosa e provisão da cota parte, com base na perda esperada, cujo detalhamento está mencionado na Nota n.º 02.

b) Ativo Imobilizado – os bens classificados no imobilizado, incluindo os gastos adicionais ou complementares, é mensurado inicialmente com base no valor de aquisição e, em se tratando de ativos imobilizados obtidos a título gratuito (se for o caso), o valor é o resultante da avaliação obtida com base em procedimento técnico ou o valor patrimonial definido nos termos da doação. No exercício de 2018 não ocorreram reavaliações. No entanto, no exercício de 2012, os itens do patrimônio foram submetidos ao procedimento de avaliação, reconhecendo o valor depreciable e o valor residual dos ativos imobilizados, conforme laudo de avaliação da empresa contratada para tal fim, observadas as orientações contidas na Instrução de Trabalho do CFC INT/VPCI N.º 004/2012, e de acordo com a NBC T 16.9, aprovada pela Resolução CFC n.º 1.136/08.

c) As provisões para riscos cíveis e trabalhistas são reconhecidas de acordo com a análise jurídica de cada ação e poderão ser classificadas como passivo contingente, como passivo exigível ou, ainda, como item de divulgação em nota explicativa.

Moeda Funcional e de Apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais¹:

Principais Demonstrativos e Práticas Contábeis

A estrutura e a composição das demonstrações contábeis do CRCTO estão alinhadas aos padrões da Contabilidade Aplicada ao Setor Público Brasileiro e são compostas do Balanço Patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais, Balanço Financeiro, Balanço Orçamentário e Demonstrativo de Execução de Restos a Pagar Processados, o Demonstrativo do Fluxo de Caixa e as Demonstrativo das Mutações do Patrimônio Líquido.

As principais práticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações contábeis estão definidas e demonstradas a seguir:

Balanço Patrimonial (BP)

O BP evidencia a situação patrimonial do Conselho em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 e demonstra a posição estática dos ativos e passivos no final do exercício, possibilitando ao usuário conhecer, qualitativa e quantitativamente, a composição dos bens e direitos (ativos), das obrigações (passivos) e dos resultados acumulados da gestão patrimonial ao longo de vários exercícios (patrimônio líquido), assim demonstrados:

Nota Explicativa 1

Caixa e Equivalentes de Caixa

Os recursos disponíveis em caixa e equivalentes de caixa, são administrados pelo CRCTO, em consonância ao que dispõe o § 3º do art. 164 da Constituição da República Federativa de 1988.

“§ 3º - As disponibilidades de caixa da União serão depositadas no Banco Central; as dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e dos órgãos ou entidades do Poder Público e das empresas por ele controladas, em instituições financeiras oficiais, ressalvados os casos previstos em lei.” (Constituição da República Federativa de 1988, Art. 164, § 3º).

Descrição	2018	2017
Caixa e Equivalente de Caixa	726.424,32	683.927,97
Bancos Conta Movimento	27.299,12	13.158,87
Bancos Aplicação Financeira	344.133,23	519.173,24
Disponível para Aplicação Vinculada	354.991,97	151.595,86

Os recursos não utilizados na operacionalização das atividades foram aplicados por intermédio de instituição financeira oficial (Banco do Brasil), em títulos de capitalização (ourocap) lastreados do Tesouro Nacional e em caderneta de poupança, na forma do § 3º do art. 164 da Constituição Federal. As receitas resultantes das aplicações desses recursos foram reconhecidas nas respectivas contas de resultado.

Nota Explicativa 2

Creditos a Receber de Curto Prazo

Os créditos a receber são valores previstos em função do regulamentado no Decreto-Lei nº 9.295, de 27 de Maio de 1946:

“Art. 11. – A renda dos Conselhos Regionais será constituída do seguinte:

- a) 4/5 da taxa de expedição das carteiras profissionais estabelecidas no art. 17 e seu parágrafo único;*
- b) 4/5 das multas aplicadas conforme alínea “b,” do artigo anterior,*
- c) 4/5 da arrecadação da anuidade prevista no art. 21 e seus parágrafos.*
- d) doações e legados;*
- e) subvenções dos Governos.”*

Os direitos e os títulos de créditos são mensurados ou avaliados pelo valor original na data do Balanço Patrimonial.

Os riscos de não recebimento de créditos são reconhecidos em conta de ajuste, a qual será reduzida ou anulada quando deixarem de existir os motivos que a originaram. As atualizações e os ajustes apurados são contabilizados em contas de resultado.

Os créditos foram contabilizados pelo regime de competência, no curto e/ou longo prazo, como créditos a receber e o seu reflexo foi evidenciado nas variações aumentativas, sendo apresentando em 31/12/2018, um montante de:

Descrição	2018	2017
Ativo Circulante		
Créditos a Receber de Curto Prazo	304.808,37	320.579,75
Créditos do exercício	427.555,36	424.099,69
Créditos de exercícios anteriores	21.450,52	17.021,73
Parcelamento débitos	259.850,80	287.468,91
(-) Perda Estimada de Créditos	-404.048,31	-408.010,58
Ativo Não Circulante		
Créditos a Receber de Longo Prazo	395.059,13	365.297,71
Parcelamento débitos	689.769,83	553.121,63
Créditos de exercícios anteriores não executados	504.767,94	1.152.473,46
Dívida Ativa Executada	1.844.378,58	903.674,26
(-) Perda Estimada de Créditos	-2.643.857,22	-2.243.971,64

Os créditos de curto prazo e longo prazo a receber referem-se a débitos de anuidades, multas de eleição e infração, juros de mora, atualização monetária e multas, parcelamentos, créditos do exercício e de exercícios anteriores não inscritos em dívida ativa e de valores não executados.

A metodologia de cálculo para o ajuste das perdas estimadas de créditos tem por base uma média percentual dos recebimentos dos três últimos exercícios, do qual se inferirá o percentual de inadimplência a ser aplicado sobre o saldo final dos créditos a receber, de acordo com o Pronunciamento VPCI/CFC nº 85/2012.

Nota Explicativa 3

Demais Créditos e Valores de Curto Prazo

Corresponde a valores a receber por demais transações como créditos por danos ao patrimônio e créditos entre Conselhos, valores a receber de entes públicos e terceiros até o término do exercício seguinte:

R\$ mil		
Descrição	2018	2017
Creditos por danos ao patrimônio	2.280,18	3.261,76
Créditos entre Conselhos	165.160,85	0,00
Total	167.441,03	3.261,76

Do montante de créditos por danos ao patrimônio de R\$ 2.280,18 alguns valores foram repassados para o jurídico para tomar as decisões cabíveis, outros já negociados e outros regularizados em janeiro de 2019.

O montante no grupo demais créditos com vinculação, correspondem ao valor devido pelo CFC para aquisição de mobiliário e de equipamentos para o auditório do CRCTO, conforme deliberação CDO nº 068/2018 do CFC.

Nota Explicativa 4

Estoques

O saldo demonstrado no grupo de estoques/almoxxariado compreende o somatório dos materiais adquiridos pelo CRCTO, com o objetivo de utilização no curso normal de suas atividades operacionais e administrativas, composto de materiais de expediente, impressos, formulários e papeis, matérias de informática, material de copa e cozinha, gêneros de alimentação, materiais de higiene, limpeza e conservação, bens móveis não atípicos, materiais de distribuição, dentre outros.

Estes bens estão avaliados, na entrada, pelo valor original das aquisições. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado, considerando o custo histórico dos itens. As apropriações provenientes da utilização são contabilizadas em contas de resultado.

Descrição	2018	2017
Almoxarifado	22.576,03	13.110,03
Materiais de Expediente	5.079,62	4.640,66
impressos formulários e papeis	1.802,34	1.816,94
matérias de informática	635,00	0,00
material de copa e cozinha	1.737,35	721,35
gêneros de alimentação	3.863,94	2.036,94
materiais de higiene, limpeza e conservação	6.490,28	1.356,14
bens móveis não ativáveis	2.018,00	1.588,00
materiais de distribuição	949,50	950,00

Os materiais disponíveis em almoxarifado fo-ram inventariados no decorrer do exercício de 2018 pelo setor responsável para os ajustes necessários à sua regularização.

Nota Explicativa 5

Variações Patrimoniais Diminutivas pagas Antecipadamente

No exercício de 2018, o Conselho Regional de Contabilidade do Tocantins contratou apólices de seguros com a empresa Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais, para seguro predial anual, no valor de R\$ 1.869,96 para prestação de serviços de seguro total e para os dois veículos do CRCTO no valor de R\$ 2.487,21. Além desses contratos, foi feito assinatura com a empresa J Câmara & Irmãos S/A para fornecimento de jornal impresso no valor de R\$ 390,00. Sendo que dos valores acima citados resta R\$ 1.200,33, compreende direito correspondente a pagamento de despesas cujos benefícios ou prestações de serviços ocorrerão até o termino do exercício seguinte.

Descrição	2018	2017
VPD pagas Antecipadamente	1.200,33	1.165,65
Seguros de bens móveis e Imóveis	1.037,83	1.014,00
Assinaturas periódicas	162,50	151,65

Nota Explicativa 6

Ativo Não - Circulante

Os créditos referem-se ao ativo realizável a longo prazo sendo de anuidades, multas de eleição e infração, juros de mora, atualização monetária e multas, parcelamentos inscritos e não inscritos em dívida ativa e de valores executados, sendo a maioria de exercícios anteriores. Inclui também uma conta redutora proveniente de perda estimada com créditos de liquidação duvidosa a longo prazo.

Os critérios adotados para apuração dos créditos seguiram as orientações constantes no Pronunciamento VPCI nº 85/2012. O Regional fez um levantamento do montante que tinha para receber conforme demonstrado em relatórios do sistema da SPW em 31 de dezembro de 2012, para constituição da provisão de devedores duvidosos e conseqüentemente nos anos posteriores.

Nota Explicativa 7

Imobilizado e Intangível

Os bens que integram o imobilizado e intangível estão assim distribuídos:

- Imobilizado
 - a. Bens Móveis
 - b. Bens Imóveis
 - c. Depreciação Acumulada de Bens Móveis
 - d. Depreciação Acumulada de Bens Imóveis
- Intangível
 - a. Softwares

Imobilizado

Os bens móveis e imóveis registrados no ativo imobilizado passaram pelo processo de reavaliação no exercício de 2011, em atendimento ao que determina as NBCASP, que estabelece critérios e procedimentos para o registro contábil da depreciação, da amortização e da exaustão; e estabelece critérios e procedimentos para a avaliação e a mensuração de ativos e passivos integrantes do patrimônio de entidades do setor público.

A depreciação dos bens móveis e imóveis foi iniciada no exercício de 2012, e a determinação da vida útil e do valor residual de bens novos é realizada de acordo com a tabela apresentada no item de depreciação.

Os saldos das contas do Imobilizado, em 31/12/2018, são:

Imobilizado**R\$ mil**

Descrição	Saldo em 31/12/2017	Aquisição		Baixas	Saldo em 31/12/2018	Depreciação acumulada	Amortização acumulada
		Compras	Incorporação	Alienação (Vendas)			
Móveis e Utensílios	141.114,30				136.662,80	68.600,99	0,00
Máquinas e Equipamentos	147.610,98	48.780,81			89.129,87	21.798,18	0,00
Instalações	0,00	122.985,90			122.985,90	67,39	0,00
Utensílios de Copa e Cozinha	6.925,40				6.530,40	4.333,18	0,00
Veículos	80.254,00				80.000,00	27.600,00	0,00
Equipamentos de Processamento de Dados	22.134,81		85.092,62		107.227,43	61.318,56	0,00
Sistema de Processamento de Dados	22.134,81				0,00	0,00	0,00
Biblioteca	333,00				197,00	0,00	0,00
Sede	973.956,21		825.632,44		1.799.588,65	105.792,12	0,00
Terrenos	1.992.000,00				1.992.000,00		0,00
Obras em andamento	459.344,98	366.287,46			0,00		0,00

Entre as aquisições mais relevantes no ano, destacam-se, as contas Máquinas e Equipamentos, Instalações e Sede, houve aquisições de Ar condicionado, instalações de divisórias e incorporação da obra do auditório do CRCTO, para melhor acomodar os profissionais da classe contábil, essa compra ocorreu via Processos de Tomada de Preço, Pregão e Adesão a Ata de Registro de Preços.

No mês de dezembro de 2018, após confrontar os saldos do sistema patrimonial com o contábil foi detectado algumas divergências entre contas, após a conciliação o regional encaminhou planilhas para a SPW empresa responsável pelo sistema para proceder com os ajustes necessários para fechamento dos saldos no patrimônio do CRCTO. Neste levantamento foi analisado a classificação contábil, a vida útil e o tempo de depreciação dos bens, após apuração dos resultados foi necessário fazer lançamentos de transferência de saldos entre rubricas para mais ou para menos para regularização do sistema patrimonial do regional.

Depreciação

A depreciação e a amortização de bens novos adquiridos e postos em operação utilizam o método das cotas constantes, com critérios definidos na INT VPCI n.º 004/2012 da Câmara de Controle Interno do CFC. A base de cálculo é o custo do ativo imobilizado e intangível, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. Como regra geral, a depreciação e a amortização são iniciadas a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Apresenta-se a tabela de referência para determinação de vida útil e do valor residual dos bens:

Títulos	Vida Útil (Anos)	Valor Residual
Sede (Edifícios)	25	10%
Subsedes/Salas/Garagens	25	10%
Móveis e Utensílios de Escritório	10	10%
Máquinas e Equipamentos	10	10%
Instalações	10	10%
Utensílios de Copa e Cozinha	10	10%
Veículos (uso administrativo)	10	10%
Veículos (fiscalização)	5	10%
Equipamentos Processamento de Dados	5	10%
Sistemas de Processamento de Dados – Softwares (amortização)	5	10%
Biblioteca	10	0
Museu e Obras de Arte	-	-

Observa-se que a tabela apresentada é uma referência e que pode sofrer alterações, se for possível definir, por meio de laudo e/ou procedimento técnico, que a utilização dos bens terá vida útil inferior ou superior ao determinado. A mesma inferência ocorre sobre o valor residual.

Além disso, ressalta-se que os bens registrados no item “Biblioteca” não foram depreciados até o exercício de 2018, pois os livros constantes no sistema do patrimônio encontram-se totalmente depreciados. O CRCTO não possui uma biblioteca em suas dependências, os poucos livros existentes são de uso interno.

Intangível

O ativo intangível corresponde aos direitos que tenham por objeto bens incorpóreos des-tinados à manutenção da atividade pública, ou exercidos com essa finalidade, e é mensurado ou avaliado, inicialmente, com base no valor de aquisição ou de produção.

Os softwares de terceiros prontos para utilização, que tiveram vida útil definida, pelos técnicos em tecnologia da informação, em 2, 8 e 10 anos estão sendo amortizados conforme a INT VPCI n.º 004/2012.

Em dezembro de 2018, após o levantamento feito no sistema patrimonial e contábil foi detectado o valor de R\$ 10.206,00 na rubrica de Sistema de Processamento de Dados, sendo transferido para a rubrica intangível - Softwares, e amortizado mensalmente.

Descrição	Saldo em 31/12/2017	Aquisição		Baixas		Saldo em 31/12/2018	Amortização acumulada
		Compras	Incorporação	Alienação (Vendas)	Desincorporações		
Software	0,00		10.206,00	0	0	10.206,00	6.633,00

Fonte: Demonstrações Contábeis de 2018

Passivo Circulante

O passivo circulante apresenta a seguinte divisão: obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; obrigações fiscais, fornecedores e contas a pagar; obrigações de repartições a outros entes; empréstimos e financiamentos; provisões; e demais obrigações. As quais são demonstradas por meio de valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis. As apropriações estão de acordo com a legislação vigente e alinhadas à INT/VPCI nº 020/2018.

Nota Explicativa 8

Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias

Corresponde às provisões de Pessoal a Pagar e Encargos Sociais a Pagar, os quais são demonstrados por meio de valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis. As obrigações com pessoal e obrigações trabalhistas são reconhecidas pelo valor original.



Nota Explicativa 9

Obrigações de Curto Prazo

Neste grupo apresenta as obrigações fiscais de curto prazo, depósitos consignados e fornecedores de curto prazo.

Descrição	2018	2017
Obrigações fiscais de curto prazo	1.004,13	9.141,61
Depósitos Consignáveis	0,00	15,00
Fornecedores	31.576,49	71.146,51
Total	32.580,62	80.303,12

As obrigações fiscais decorrem de retenções efetuadas de contratações realizadas junto à fornecedores pela aquisição de bens e/ou serviços, de acordo com as Instruções Normativas da Receita Federal, originários de empenhos,

liquidados e não pagos até o término do exercício.

São evidenciados ainda neste grupo, os valores retidos de fornecedores de serviços terceirizados, e depositados em conta vinculada específica, conforme disposto na IN MPDG N.º 5/2017. A retenção é realizada no momento do pagamento e registrada em conta de passivo e o depósito em conta específica é efetuado em rubrica do ativo.

Os depósitos consignáveis compreendem os valores retidos de funcionários (INSS, IRRF, Pensão Judicial, Empréstimos Consignados, dentre outros), e que deverão ser recolhidos ou pagos às respectivas entidades responsáveis. O registro é efetuado pelo valor original das transações, com base, principalmente, na folha de pagamento.

As obrigações com Fornecedores, decorrentes da entrega de bens ou serviços, são classificadas como passivos circulantes quando o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Os valores decorrentes de empenhos liquidados e não pagos no exercício são evidenciados no Demonstrativo dos Restos a Pagar.

As apropriações estão de acordo com a legislação vigente e alinhadas à Instrução de Trabalho VPCI/CFC nº 20/2018.

Nota Explicativa 10

Demais Obrigações de Curto Prazo

Corresponde às obrigações contidas nos grupos de Contas a Pagar (telefone, energia, água e outras afins), Transferências Legais (cota parte ao CFC) e demais obrigações (créditos não identificados em processo de identificação), as quais são demonstradas por meio de valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das

das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis. O detalhamento encontra-se a seguir:

Descrição	2018	2017
Contas a pagar crédito de terceiros	1.339,81	3.435,55
Transferências Legais	16,01	61,88
Outras Obrigações	4.727,98	3.232,99
Total	6.083,80	6.730,42

Nota Explicativa 11

Provisões de Curto Prazo

No grupo de provisões, registram-se os valores lançados a título de provisões de férias e 13º salário, com respectivos encargos, bem como da provisão de repasse de cota parte, de provisões para riscos trabalhistas e cíveis, dentre outras.

Provisões trabalhistas (13º salário, férias e encargos)

- são constituídas mensalmente, em atendimento ao regime de competência, com base nos períodos aquisitivos de cada funcionário, acrescidas dos respectivos encargos, conforme relatório expedido pelo Sistema de Folha de Pagamento.

Abaixo segue o detalhamento da provisão de férias em 31 de dezembro:

Títulos	2018	2017
Provisões trabalhistas	72.615,61	57.368,76
Provisão de férias	56.073,82	43.960,73
Encargos Sociais	16.541,79	13.408,03

Não ocorreram alterações significativas nos saldos da provisão de férias, pois não aconteceram modificações expressivas no número de colaboradores, devido a contratações e a demissões. No final do exercício o regional apresentava colaboradores com férias vencidas.

Os saldos referentes às provisões para décimo terceiro salário e seus encargos patronais foram baixados por ocasião do pagamento da segunda parcela, ocorrido no dia 19/12/2018.

Provisão de Cota Parte

Para os cálculos da provisão de cota parte foram seguidas as orientações constantes na INT/VPCI nº 020/2018 e pronunciamento nº 85/2012.

Os cálculos efetuados na provisão estimada de créditos de liquidação duvidosa foram considerados a média dos três últimos exercícios conforme orientação do CFC constante na INT/VPCI citada acima sobre os créditos do Regional de curto prazo em dezembro de 2018, foi utilizado o índice apurado para base de cálculo de 0,57 e para os créditos de longo prazo utilizando o índice apurado para base de cálculo de 0,87 para o exercício de 2019.

Nota Explicativa 12

Empréstimos de Curto Prazo

Está representado através de uma obrigação com o Conselho Federal de Contabilidade referente ao primeiro empréstimo tomado para construção da sede do CRCTO, conforme contrato de mútuo firmado em 15 de janeiro de 2008 no total de R\$ 632.960,07, dividido em 14 (quatorze) parcelas anuais no valor de R\$ 45.211,43 cada, acrescidas de juros de 6% (seis por cento) ao ano, sendo a primeira parcela paga em 31 de outubro de 2010, e as demais, sucessivas e subsequentes até o dia 31 de maio de cada exercício com o término em 31/05/2023. Sendo que o montante demonstrado neste subgrupo corresponde a uma parcela com juros.

Curto Prazo		
Descrição	2018	2017
Empréstimo Principal	45.211,43	45.211,43
Juros sobre empréstimos	28.014,49	22.589,13
(-) Encargos financeiros a apropriar	-1.130,27	0,00
Subtotal curto prazo	72.095,65	67.800,56

Nota Explicativa 13

Passivo Não-Circulante

No passivo não-circulante, está registrada a obrigação com o Conselho Federal de Contabilidade referente ao primeiro empréstimo tomado para construção da sede do CRCTO, conforme contrato de mútuo firmado em 15 de janeiro de 2008 no total de R\$ 632.960,07, dividido em 14 parcelas anuais no valor de R\$ 45.211,43 cada, acrescidas de juros de 6% ao ano, sendo a primeira parcela paga em 31 de outubro de 2010, e as demais, sucessivas e subsequentes até o dia 31 de maio de cada exercício com o término para 31/05/2023, segundo empréstimo tomado para construção do auditório na sede do CRCTO, conforme contrato de mútuo firmado em 22 de setembro de 2017 no total de R\$ 109.345,95, dividido em 05 parcelas anuais fixas e consecutivas, no valor de R\$ 21.869,19 cada, acrescida de juros de 6% ao ano, vencendo-se a primeira parcela no último dia útil do mês de maio de 2019 e as demais no mesmo dia e mês dos anos subsequentes até o período de maio de 2023, data do vencimento da última parcela.

O valor estar sendo alocado nesta rubrica de acordo com a apresentação das medições ao CFC e que após análise estão sendo repassadas pelo CFC ao CRCTO.

Longo Prazo		
Descrição	2018	2017
Empréstimo Principal	293.708,10	279.353,79
Juros sobre empréstimos	145.568,07	170.169,51
(-) Encargos financeiros a apropriar	-31.647,98	-47.729,53
Subtotal longo prazo	407.628,19	401.793,77

Total do Empréstimo		
Descrição	2018	2017
Empréstimo Principal CP + LP)	338.919,53	324.565,22
Juros sobre empréstimos (CP + LP)	173.582,56	192.758,64
Encargos Financeiros a apropriar (CP + LP)	-32.778,25	-47.729,53
Total Geral	479.723,84	469.594,33

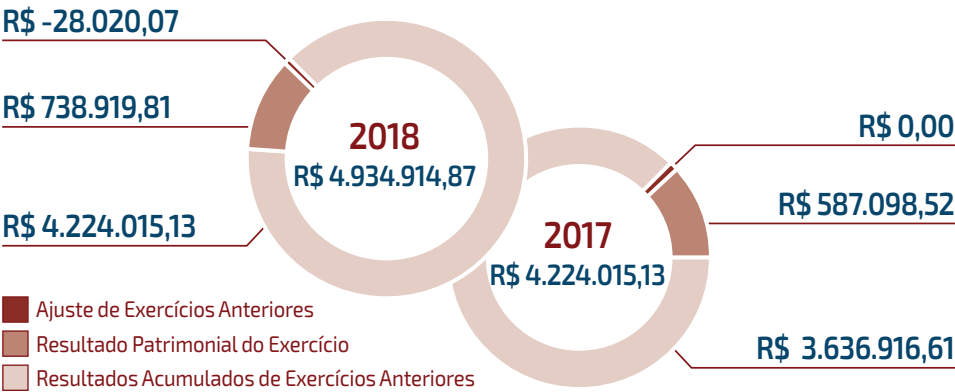
Nota Explicativa 14

Patrimônio Social

O patrimônio líquido demonstrado no BP é composto dos saldos de resultados positivos (ou negativos) apurados em exercícios anteriores, superávit patrimonial do exercício e ajustes de exercícios anteriores.

São considerados como Ajustes de Exercícios Anteriores o reconhecimento de ajustes decorrentes de omissões e erros de registros ocorridos em anos anteriores ou de mudanças de critérios contábeis. Desta forma, no balanço encerrado em 31/12/2018 foram evidenciados os valores que pertenceram a exercícios anteriores, assim distribuídos:

Patrimônio Líquido CRCTO



O CRCTO apresentou um resultado patrimonial em 31/12/2018 positivo, apesar de ter feito ajustes de exercícios anteriores de R\$ 28.020,07, os ajustes necessários referem-se às diferenças encontradas no sistema patrimonial - imobilizado e depreciação, após levantamento feito no mês de dezembro de 2018 conforme relatórios encaminhado para SPW empresa responsável pelo sistema.

Nota Explicativa 15

Atos Potenciais Ativos a Executar

Está representado pelos atos da administração, assim demonstrado: CRCTO e VIVO S/A companhia telefônica referente aparelhos de celulares em poder do regional.

R\$ mil

Descrição	2018	2017	Descrição	2018	2017
Atos Potenciais Ativos	0	317.612,90	Atos Potenciais Passivos	269,59	269,59
Empréstimos Obtidos	0	56.049,34	Obrigações em Comodatos a Executar	269,59	269,59
Empréstimos Obtidos	0	56.049,34	Obrigações em Comodatos a Executar	269,59	269,59
Outros Atos Potenciais Ativos	0	261.563,56	Outros Atos Potenciais Passivos	0	0

Nota Explicativa 16

Resultado Financeiro

O Resultado Financeiro é representado pela diferença entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, apurado em conformidade com a Lei n° 4.320/64, alinhado as orientações do Controle Interno do CFC. No exercício de 2018 foi apurado um superávit financeiro no valor de R\$ 711.689,30.

R\$ mil

Resultado Financeiro	2018	2017
Ativo Financeiro	895.065,68	690.467,70
(-) Passivo Financeiro	183.376,38	212.202,86
Superávit	711.689,30	478.264,84

Metodologia de cálculo

Ativo Financeiro	2018	2017
Ativo circulante	1.222.450,08	1.024.157,48
(-) créditos de curto prazo	304.808,37	320.579,75
(-) estoques	22.576,03	13.110,03
(=) Valor do Ativo Financeiro	895.065,68	690.467,70

Passivo Financeiro	2018	2017
Passivo circulante	323.349,88	349.378,35
(-) Provisão de cota-parte	139.973,50	137.175,49
(=) Valor do Passivo Financeiro	183.376,38	212.202,86
Superávit Financeiro	711.689,30	478.264,84

Fonte: Balanço Patrimonial 2018

Demonstração das Variações Patrimoniais

A DVP evidencia as alterações ocorridas no patrimônio do Conselho durante o exercício financeiro. Essa demonstração apura o resultado patrimonial, que pode ser positivo ou negativo, dependendo do resultado líquido entre as variações aumentativas e diminutivas. O valor apurado compõe o patrimônio líquido demonstrado no BP.

Variações Patrimoniais Quantitativas

R\$ mil

Variações Patrimoniais Aumentativas	2018	2017
Contribuições	1.953.921,63	2.060.609,41
Exploração de bens e serviços	47.764,93	72.223,93
Financeiras	557.419,68	452.084,99
Transferências	703.425,59	487.272,49
Outras variações patrimoniais aumentativas	211.785,30	1.148.971,56
Total	3.474.316,47	4.221.162,38

Variações Patrimoniais Diminutivas	2018	2017
Pessoal e encargos	950.978,58	885.085,31
Uso de bens e serviços	491.896,75	590.582,74
Financeiras	54.201,21	49.289,08
Transferências	22.475,00	105.945,74
Tributárias e contributivas	383.555,79	431.972,03
Desvalorização e perda de ativos	773.812,85	1.500.931,97
Outras variações patrimoniais diminutivas	58.476,48	70.256,99
Total	2.735.396,66	3.634.063,86
Resultado Patrimonial do Exercício	738.919,81	587.098,52

Variações Patrimoniais Qualitativas

R\$ mil

Descrição	2018	2017
Incorporação de Ativos	537.984,21	507.837,30
Investimentos	537.984,21	507.837,30
Desincorporação de Ativos	0,00	19.100,00
Alienações de Bens	0,00	19.100,00
Incorporação de Passivos	59.565,74	53.296,61
Operações de crédito internas	59.565,74	53.296,61
Desincorporação de Passivos	45.211,43	45.211,43
Amortizações de empréstimos	45.211,43	45.211,43

Nota Explicativa 17

Resultado Patrimonial

O resultado patrimonial representa o superávit apurado com base no regime de competência da Variação Patrimonial Diminutiva e da Variação Patrimonial Aumentativa, escrituradas no subsistema patrimonial.

R\$ mil

Resultado Patrimonial	2018	2017
Variações Patrimoniais Aumentativas	3.474.316,47	4.221.162,38
(-) Variações Patrimoniais Diminutivas	2.735.396,66	3.634.063,86
Superávit	738.919,81	587.098,52

Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes	2018	2017
Ativo Financeiro	1.222.450,08	1.024.157,48
Ativo Não-circulante	4.443.442,86	3.951.029,77
Ativo (I)	5.665.892,94	4.975.187,25
Passivo Financeiro	323.349,88	349.378,35
Passivo Não-Circulante	407.628,19	401.793,77
Passivo (II)	730.978,07	751.172,12
Saldo patrimonial acumulado (I-II)	4.934.914,87	4.224.015,13

Balanço Financeiro (BF)

O Balanço Financeiro evidencia as receitas e as despesas orçamentárias, os recebimentos e os pagamentos de natureza extraorçamentária, conjugados com os saldos financeiros advindos do exercício anterior. Dessa movimentação financeira, resulta um saldo financeiro, que é transferido para o exercício seguinte.

Nota Explicativa 18

Ingressos e Dispendios extra orçamentários

Nos saldos dos ingressos e dispendios extra orçamentários estão evidenciados, a movimentação dos valores inscritos em restos a pagar e os pagos de exercícios anteriores, bem como o cancelamento de restos a pagar, decorrentes de erros, dentre outros.

Balanço Orçamentário (BO)

O Balanço Orçamentário demonstra as receitas previstas e realizadas em confronto com as despesas fixadas e executadas e ainda reflete as mudanças do orçamento anual devido à elaboração de créditos adicionais. A diferença entre o total de receitas arrecadadas e o de despesas empenhadas gera o resultado orçamentário, o qual pode ser positivo — superávit orçamentário — ou negativo — déficit orçamentário. O resultado orçamentário evidencia a sobra ou a falta dos recursos arrecadados para cobertura das despesas empenhadas.

Desta forma, o orçamento do CRCTO para o exercício de 2018 foi aprovado por meio da Resolução nº 273/2017, publicado no Diário Oficial do Estado do Tocantins, em 02 de março de 2018, no valor de R\$ 2.325.960,00, e suplementado conforme legislação vigente, utilizando-se de excesso de arrecadação, cuja fonte foi o apoio financeiro concedido pelo CFC, superávit do exercício anteriores demonstrado abaixo.

Variação orçamentária do CRCTO:



Nota Explicativa 19

Resultado Orçamentário

No balanço orçamentário estão contabilizados os valores das receitas arrecadadas e as despesas liquidadas, sendo o resultado orçamentário apurado pela diferença entre as receitas arrecadadas e as despesas empenhadas e liquidadas no exercício demonstrado a seguir:

R\$ mil

Descrição	2018	2017
Superávit/Déficit Orçamentário	74.019,01	78.714,97
Receitas (corrente+capital)	2.524.034,15	2.641.090,66
Despesas (corrente+capital)	2.450.015,14	2.562.375,69

O resultado orçamentário foi extraído com base no subsistema orçamentário e apresentou um superávit orçamentário de R\$ 74.019,01.

Demonstrativo dos Restos a Pagar Processados (RPP)

O Demonstrativo de Execução de Restos a Pagar Processados apresenta os valores de obrigações empenhadas e liquidadas, inscritas em restos a pagar no exercício, bem como, as obrigações pagas de exercícios anteriores e/ou canceladas.

Destacamos que o Manual de Contabilidade do Sistema CFC/CRCs, aprovado pela Resolução CFC n.º 1.161/09, não previu em seu plano de contas os restos a pagar não processados, cuja metodologia atualizada está em análise pela Comissão de Revisão do Manual, de acordo com o Conselho Federal de Contabilidade.

Nota Explicativa 20

Resto a pagar

Em 31 de dezembro totalizou o valor de R\$ 32.336,29 (trinta e dois mil trezentos e trinta e seis reais e vinte e nove centavos), corresponde a despesas empenhadas e liquidadas, mas que não foram pagas até o final do exercício.

No demonstrativo dos restos a pagar consta o valor de R\$ 596,72 (quinhentos e noventa e seis reais e setenta e dois centavos), decorrentes de despesas do exercício de 2017 não pagas em 2018. O setor financeiro informou que estar encontrando dificuldade para proceder com o pagamento, devido já ter entrado varias vezes contato com o órgão solicitando o envio de boletos para pagamento até o momento sem retorno, foi orientado ao setor juntar os documentos necessários e repassar a câmara de controle interno para tomar as providencias cabíveis.

Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC)

A Demonstração dos Fluxos de Caixa fornece informações acerca das alterações no caixa e equivalentes de caixa da entidade em um determinado período contábil, evidenciando separadamente as mudanças nas atividades operacionais, nas atividades de investimento e nas atividades de financiamento.

As informações são úteis para proporcionar aos usuários das demonstrações contábeis uma base para avaliar a capacidade de a entidade gerar caixa e equivalentes de caixa, bem como, as necessidades da entidade de utilização desses fluxos de caixa.

Palmas, 31 de dezembro de 2018.

Norton Thomazi
Presidente do CRCTO
Contador TO-001172/O

Antônia Célia Pires de Sousa Lopes
Téc. em Contabilidade
CRC-TO-000765/O



Outras Informações Relevantes

Outras Informações Relevantes

O Conselho Regional de Contabilidade do Tocantins publica pela primeira vez o Relatório Integrado com base no modelo IIRC12, do Conselho Internacional para o Relato Integrado, na Instrução Normativa TCU n.º 170/2018, de 19 de setembro de 2018 e na Portaria TCU n.º 369/2018 de 17 de dezembro de 2018. Os elementos de conteúdo estão alinhados com a estrutura conceitual e foram distribuídos de forma a deixar o relatório conciso e objetivo.

Primando pelo atendimento às normativas, controle e transparência de seus processos, o CRCTO apresenta neste item as recomendações da auditoria interna do CFC acerca da prestação de contas 2018, às quais merecem atenção e serão alvo dos esforços da equipe durante o exercício 2019 na aplicação de melhorias.

Quadro da situação de atendimento das demandas da CCI			
Relatório de Auditoria	Nº do item	Descrição sucinta do item da deliberação	Providências adotadas / Ações implementadas.
03/2019	4.2.1.1	Edição de portarias para ratificar as contratações decorrentes de inexigibilidade e dispensa de licitação.	Este regional reputa ser relevante a não emissão de portarias para as contratações via dispensa e inexigibilidade de licitações. Toda via, será analisado caso a caso.
	4.2.2.1	Plano de fiscalização dos contratos administrativo, além dos registros de check list.	O Regional ira intensificar o plano de fiscalização, com relatórios, inclusão de check lists, objetivando o cumprimento da Portaria TCU nº 297/2012.
	4.2.3.2	Planejamento anual de contratações.	O regional dará cumprimento ao planejamento anual das contratações para o exercício subsequente.
	4.2.3.3	Estudos técnicos preliminares para a elaboração do Projeto Básico/Termo de Referência.	o CRCTO irá viabilizar instrumentos para o fiel cumprimento contidos na IN MPDG n.º 5/2017.
	4.2.3.4	Pesquisa de preço ao Portal de Compras Governamentais e contratações similares de outros entes públicos.	O CRCTO começara usar o portal de compras governamentais, buscando dar maior transparência e economicidade às contratações.
	4.2.3.5	Elaboração de mapa de riscos nos processos licitatórios.	Este Regional em conformidade com a Instrução Normativa MPDG n.º 05/2017, começara a elaborar o mapa de risco nas contratações.
	4.2.3.6	Gradações entre as sanções, de acordo com o potencial de lesão que poderá advir de cada conduta a ser penalizada nas contratações.	O regional irá avaliar o nível da possível infração de acordo com a natureza da contratação.
	4.2.3.7	Retenção das verbas trabalhistas com o objetivo de garantir reserva financeira para cobertura das obrigações trabalhistas, em caso de inadimplemento por parte da empresa.	O CRCTO irá adotar os procedimentos prescritos no referente Acórdão TCU 3301/2015,, quando realizar contratações deste tipo.
	4.2.3.8	Padronização nos processos de contratações por meio de check list.	Iremos adotar check lists que atenda às necessidades do Regional nos processos de contratação.
	4.2.3.9	Treinamento das equipes técnicas, em conformidade com as disposições do Regulamento de Licitações e Contratos, e Instrução Normativa nº 05/2017.	Este regional procedeu a contratação de empresa que oferta cursos online em Licitações e Contratos para a equipe envolvida em compras e fiscalização.



Anexos

Declaração de Integridade do Relato Integrado 2018

Declaro junto aos órgãos de controle interno e externo, conforme as recomendações da IN n.º 170/2018, de 19 de setembro de 2018, anexo II e Portaria TCU n.º 369, de 17 de dezembro de 2018, que sou responsável por assegurar a integridade das informações contidas no Relato Integrado – 2018 referentes às informações disponibilizadas pelas Vice-Presidências do Conselho Regional de Contabilidade do Tocantins e reconheço que na preparação e na apresentação do Relato Integrado – 2018 os dados e informações foram elaborados e analisados por estas Vice-Presidências, por meio de suas respectivas coordenadorias.

Palmas, 28 de fevereiro de 2019.

Contador Norton Thomazi

Presidente

Contador Joademir Barbosa Rocha

Vice-Presidente de Registro

Contador Paulo José da Silva

Vice-Presidente de Fiscalização, Ética e Disciplina

Contadora Celi Regina Leobas de Sousa Barbosa

Vice-Presidente de Controle Interno

Contador João Gonçalo dos Santos

Vice-Presidente Administrativo

Contador Adriano Melo Nepomuceno

Vice-Presidente de Desenvolvimento Profissional

Téc. em Contabilidade Eendrik Lima Gomes

Representante dos Técnicos em Contabilidade no Conselho Diretor

Expediente

Presidente do CRCTO

Norton Thomazi

Vice-Presidente Administrativo

João Gonçalo dos Santos

Diretora Executiva

Rafaela Oliveira Simões Menezes

Téc. em Contabilidade

Antônia Célia Pires de Sousa Lopes

Coordenadora de Controle Interno

Mikaelly Ferreira Oliveira

Coordenadora Administrativa

Daniella Martins de Figueiredo Malaquias

Coordenador de Fiscalização

Wilmar Ferreira Mouzinho

Coordenadora de Desenvolvimento Profissional

Raquel Pereira Ribeiro

Coordenadora de Registro

Fernanda Pereira Carvalho

Encarregado do Setor de Cobrança

Márcio Lopes de Sousa

Encarregado do Setor de Informática

Denílson Mendes Marinho

Revisão

Cleia Alves Fernandes

Diagramação

Denílson Mendes Marinho